

Universidade de Cabo Verde – Uni-cv
Departamento de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e
Portugueses

Monografia

Tema:

“A importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa”

O autor:

José Jorge Lopes Fernandes

A orientadora:

Dra. Eurídice Amarante

Ano lectivo

2008/2009

Praia Setembro de 2009

José Jorge Lopes Fernandes

Departamento de Ciências Sociais, Humanas e Artes
Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses

“A importância da Motivação no Processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa”

Licenciatura em ECV

Uni-CV – 2009

José Jorge Lopes Fernandes

“A importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa”

Trabalho científico apresentado ao Uni-cv
Para obtenção do grau de Licenciatura em
Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, sob a orientação da
Professora Mestre Eurídice Amarante.

José Jorge Lopes Fernandes

“A importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa”

Aprovado pelos membros do Júri, e Homologado pelo Reitor da Universidade de Cabo Verde, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Educação de Infância

O Júri

Praia, _____ de _____ de _____

Dedicatória

Este trabalho de fim de curso é dedicado especialmente aos meus pais João Lopes Cabral e Maria Vaz Fernandes e ao meu filho.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais: João Lopes Cabral e Maria Vaz Fernandes, aos meus irmãos: António Vaz Almeida, Mário Vaz Almeida e Daniel Vaz Almeida, as minhas irmãs: Maria do Carmo Vaz Almeida, Joana Vaz Almeida e Maria da Luz Vaz Almeida e ainda aos meus amigos: Carlos Manuel Paiva de carvalho, Clemente Garcia, Agnelo Almeida, Neusa Amarante, Alexandre Mendes, Carmilito Tavares, Mirian Moreno, Fernando Jorge Borges e por último à Câmara Municipal de São Domingos.

Índice Geral:

I – Capítulo.....	<i>Pág.s</i> ..1
Introdução.....	1
Apresentação e justificação da escolha do tema	1
Objectivo geral.....	1
Objectivos específicos.....	2
Perguntas de partida.....	2
Hipóteses.....	2
Estrutura do trabalho.....	3
II – Capítulo.....	4
Enquadramento teórico.....	4
1. O sistema educativo Cabo-verdiano.....	4
2. Contextualização da Língua portuguesa.....	7
2.1. Origem e formação da língua portuguesa.....	7
2.2. O ensino e aprendizagem da língua portuguesa nos PALOP.....	9
2.3. O estatuto da língua portuguesa nos PALOP.....	11
3. Conceptualização da palavra motivação.....	13
3.1. Tipos de Motivação.....	16
3. 1. 1. Motivação intrínseca.....	16
3. 1. 2. Motivação extrínseca.....	18
3.2. Classificação da motivação.....	18
3.2.1. Motivações fisiológicas (primárias, inatas, básicas ou biogénicas) VS Motivações sociais (adquiridas, aprendidas, secundárias ou sociogénicas).....	18
a) Motivações fisiológicas (primárias, inatas, básicas ou biogénicas).....	19
b) Motivações sociais (adquiridas, aprendidas, secundárias ou sociogénicas).....	19
3. 2. 2. A motivação clássica VS motivação actual, ou permanente.....	20
a) Motivação clássica.....	20
b) Motivação actual, ou permanente.....	21
3.3 - Teorias motivacionais.....	22
3.3.1. A teoria de Maslow – conhecida por Teoria das Necessidades.....	22
3.3.2. Teoria dos Dois Factores – Herzberg.....	23
3.3.3. Teoria do Campo de Lewin.....	24
3.3.4. Teorias «expectativas».....	26
3.3.5. Teoria do medo do Sucesso.....	26

4. Princípios e técnicas motivacionais.....	27
5 - O papel da motivação no processo de ensino e de aprendizagem.....	29
5.1. Tipos de alunos segundo a motivação.....	32
6. Papel do Professor no processo de motivação da aprendizagem.....	34
7. A Relação Professor – Aluno e a Motivação.....	36
8. Estratégias que podem ajudar os professores no processo de incentivação ou motivação dos alunos.....	38
III – Capítulo.....	42
Estudo de caso.....	42
1. Recolha e tratamento da informação.....	42
2. Instrumentos para a Colecta de Dados.....	43
a) Questionários.....	43
b) Observações de campo.....	43
1. Caracterização da Escola Secundária de S. Domingos.....	44
1.1 Breve historial da escola.....	44
1.2. Caracterização do espaço Físico.....	45
1.3. Caracterização do corpo docente.....	45
1.4. Caracterização do corpo discente.....	46
2. Metodologia utilizada.....	46
2.1. Caracterização da amostra.....	46
IV – Capítulo.....	47
1. Apresentação, análise e discussão dos dados referentes aos professores.....	47
Conclusão.....	60
Referências Bibliográficas.....	62
Anexo.....	64

Índice dos Gráficos

Gráfico nº 1 - Idade	47
Gráfico nº 2 Sexo.....	47
Gráfico nº 3 Nacionalidade.....	48
Gráfico nº 4 Habilitação Académica	48
Gráfico nº 5 Área de Formação.....	49
Gráfico nº 6 – Importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa.....	50

Gráfico nº 7 – Participação dos alunos no processo de ensino e de aprendizagem sem estarem motivados para tal.....	50
Gráfico nº 8 – Interferência da motivação na função docente.....	52
Gráfico nº 9 – A interferência da motivação do professor na aprendizagem do aluno....	53
Gráfico nº 10 – Mecanismos motivacionais oferecidos pelas escolas.....	53
Gráfico nº 11 – As condições que o Ministério da educação tem oferecido no sentido de motivar e incentivar os professores.....	54
Gráfico nº 12 – A relação dos insucessos dos alunos na L. Portuguesa com a falta da motivação.....	54
Gráfico nº13 – Situação actual da Língua portuguesa em Cabo Verde na perspectiva dos professores de português.....	55
Gráfico nº 14 – Adequação do programa da disciplina de língua portuguesa a realidade Cabo-verdiana.....	56
Gráfico nº15 – A relação entre a escolha da profissão e a motivação do professor na aula.....	57
Gráfico nº 16 – Satisfação dos professores de Língua portuguesa com a profissão.....	57
Gráfico nº 17 – O prazer em trabalhar todos os conteúdos programáticos da disciplina com os alunos.....	58

Índices de quadros

Quadro nº 1 – Distribuição dos docentes da disciplina de língua portuguesa por habilitação literária.....	45
Quadro nº 2 – Factores que podem provocar a desmotivação nos alunos.....	51
Quadro nº 3 – Mecanismos utilizados pelos professores para motivar os alunos.....	52
Quadro nº 4 – Para que servem as aulas de Língua portuguesa.....	55
Quadro nº 5 – Motivo da escolha da profissão (professor).....	56
Quadro nº 6 – Actividades que os professores desenvolvem ou gostariam de desenvolver com as suas turmas.....	58
Quadro nº 7 – Outras questões que os professores gostariam de abordar.....	59

I – Capítulo – Nota Introdutória

A motivação constitui um dos aspectos cruciais no que se refere ao estudo do comportamento humano, uma vez que, é ela que leva as pessoas a agirem em prol do alcance de determinados objectivos. Contudo, compreender a motivação humana na educação, tem sido um grande desafio para professores, pedagogos, didácticos e psicólogos. Várias pesquisas têm sido elaboradas e diversas teorias têm tentado explicar de uma forma convincente o funcionamento desta força interna que leva as pessoas a agirem em prol do alcance de objectivos. (ESTEVES, 2000).

Justificação e apresentação do tema

É com base nisso, levando em conta todas essas complexidades no tratamento deste aspecto, que se decidiu escolher como tema de monografia: **“A importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa”** em Cabo Verde, em que se pretende fazer um estudo de caso, sendo que a escola alvo será a escola secundária Fulgêncio Tavares, no concelho de São Domingos.

É de realçar ainda que a razão por que se decidiu trabalhar o tema em questão é porque, constatou-se que muitas vezes os professores não têm a consciência de que para cumprirem os seus objectivos de fazer passar as suas mensagens, têm antes de mais, de incentivar ou motivar os seus alunos uma vez que estes só participam na construção dos seus saberes quando estiverem motivados. Refere-se ainda que se trabalhou o tema em apreço porque é impossível compreender as relações humanas sem um mínimo de conhecimento da motivação dos seus comportamentos.

Por conseguinte penso que apesar deste tema começar a ser tratado em tempos remotos, os actuais professores continuam a perguntar quais as melhores formas de motivarem os seus alunos?

Enfim, tudo isso justifica a necessidade de se debruçar, ou seja de se investigar sobre as melhores formas de incentivar e se possível motivar os nossos alunos.

Os objectivos que norteiam o presente trabalho são:

Objectivo Geral:

- Analisar a importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa.

Objectivos Específicos:

- Conceptualizar e analisar os conceitos relacionados com a motivação;
- Fazer uma diferenciação entre os referidos conceitos;
- Identificar as melhores formas de motivar os alunos e professores de língua portuguesa;
- Explicar o papel da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa;
- Identificar os procedimentos que podem ajudar no processo de incentivação ou de motivação no ensino e aprendizagem.

Perguntas de partida:

- Pode-se aprender uma língua sem que haja a motivação para tal?
- Existe falta de motivação no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa?
- Será que os alunos podem ser motivados pelos professores?
- Como um professor de Língua Portuguesa pode motivar os seus alunos?

Qual a importância da motivação no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa?

Hipóteses:

Será que os alunos dão importância ao conteúdo ou actividade focalizada pelo professor quando não estiverem motivados ou incentivados para tal.

Um professor desmotivado poderá motivar ou incentivar os seus alunos para a importância do envolvimento deles no processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa.

Será que a motivação constitui um elemento importante no que se refere ao processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que é através dela que a pessoa se mostra empenhado(a) para alcançar os objectivos traçados.

Estrutura do trabalho

Salienta-se ainda que o presente trabalho se encontra estruturado em quatro capítulos a saber:

- Introdução, onde apresentamos e justificamos a escolha do tema, os objectivos, geral e específicos que nortearam o trabalho em análise, as perguntas de partidas que formulamos com o intento de alcançar os objectivos preconizados, bem com as hipóteses formuladas por nós.
- Enquadramento teórico, em que se efectuou uma caracterização do sistema educativo Cabo-verdiano, contextualização da Língua portuguesa em Cabo Verde, conceptualização da palavra motivação (Tipos de motivação, Classificação da mesma, teorias motivacionais e entre outros). Neste capítulo falamos ainda do papel da motivação no processo de ensino e de aprendizagem, do papel do professor neste processo, estratégias capazes de ajudar os professores no processo de incentivação ou motivação dos alunos e dos princípios e técnicas motivacionais.
- Estudo de caso, onde depois de apresentar alguns conceitos de estudo de caso, manifestaremos os aspectos metodológicos que sustentaram a produção do trabalho em causa.
- Análise e discussão dos dados, aí vamos apresentar os dados dos professores, visto que aplicamos questionários aos alunos apenas para confrontar com as respostas dos professores porque a nossa intenção foi o de estudar a motivação na aprendizagem mas na perspectiva dos professores.

II – Capítulo – Enquadramento teórico

1 - O sistema educativo Cabo-verdiano.

Antes de fazermos referência ao sistema educativo Cabo-verdiano de uma forma aprofundada, consideramos ser pertinente fazer uma breve contextualização da educação em Cabo verde, para dizer que se, no período colonial, os métodos pedagógicos utilizados, o conteúdo das disciplinas, o fim da educação e a utilização do português como língua do ensino contribuíram para transformar a escola num local de selecção social, com a independência de Cabo Verde (1975), a educação atingiu uma nova dimensão de sua perspectiva política e foi entendida como instrumento de transformação das estruturas e relações sociais, com o intento de favorecer o desenvolvimento e a coesão do país (AFONSO, 2002).

Essas eram as intenções, mas, na verdade, os profissionais da educação, os currículos e, neles, os métodos de ensinar haveriam de mudar muito lentamente. Paulatinamente, foram sendo criadas condições para uma verdadeira massificação do ensino. Outrossim, com apoio externo, alguns Cabo-verdianos puderam frequentar instituições superiores em vários países do mundo e, com o seu retorno, integraram-se nas estruturas burocráticas e políticas, constituindo uma nova classe dirigente (GAMBOA, 2008).

Como nos relata Afonso (2002), a nacionalização e a democratização no acesso à educação foram consideradas condições indispensáveis para igualdade de oportunidades. Neste caso, a transformação do conteúdo, o apoio aos estudantes mais desfavorecidos, a abertura das escolas à comunidade, a necessidade de um novo ensino coerente com os objectivos da reconstrução nacional foram os aspectos salientados como capazes de empreender mudanças no sistema educativo (op cit., 2002).

Todavia, a Educação, em geral, e o Ensino, em particular, começaram a ser objecto de maior preocupação das instâncias governativas cabo-verdianas e dos professores a partir do momento em que se começou a sentir algum desconforto provocado pela incapacidade de prosseguir e ultrapassar os limites impostos pelo desconhecimento, configurando a percepção actual acerca da dinâmica entre o saber e o saber-fazer, determinando a necessidade de investir num saber imediatamente capitalizável, isto principalmente nos momentos a seguir à independência de Cabo

Verde em que a taxa de analfabetismo era bastante elevada, cerca de 70% da população (CARDOSO, s/d).

Falando mais concretamente do sistema educativo cabo-verdiano, salienta-se que o mesmo comporta os subsistemas de educação pré-escolar e de educação escolar que abrange os ensinos básicos, secundário, médio, superior e modalidades especiais do ensino e de educação extra-escolar, (LBSE,1990).

A Educação Pré-escolar, por sua vez, tem como objectivo proporcionar às crianças em idade compreendida entre os quatro e seis anos de idade, “uma formação complementar ou suplectiva das responsabilidades educativas familiares”. Ela é realizada no quadro da protecção à infância e consta de um conjunto programado de acções educativas com uma dupla finalidade: o desenvolvimento das capacidades da criança de forma equilibrada tanto no ponto de vista educativo quanto no sentido da transmissão de segurança em termos psicológicos através de um processo de socialização necessário ao ingresso, no sistema de educação escolar. Nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação pré-escolar é facultativa (CARDOSO, s/d).

O Ensino Básico tem como fim munir a criança de uma preparação básica globalizante, que a capacite para a compreensão de si enquanto indivíduo e parte de um colectivo, que se movimenta em harmonia com esse mesmo colectivo e em função do meio circundante. Foi reservado um espaço importante, na reforma que se efectou na altura, às matérias relacionadas com a valorização da cultura crioula e o reposicionamento da língua portuguesa enquanto um legado forte na cultura cabo-verdiana. Quanto à organização curricular, o plano de estudos é composto por 4 áreas curriculares a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas, (História, Geografia e Ciências da Natureza), e Expressões. Nas 1ª e 2ª fases, a área de expressões decompõe-se em sub-áreas: expressão plástica, expressão musical e expressão dramática e físico-motora. Os pressupostos, que estiveram na origem desta decisão curricular, prendem-se com o grau de maturidade e motivações derivadas do contexto sociocultural do aluno. Finda a terceira fase curricular (6º ano), é concedido um diploma de aproveitamento, que acredita e encaminha o aluno para o nível de ensino imediatamente superior. O ensino a este nível é de carácter obrigatório (op cit, s/d).

O Ensino Secundário é o nível que dá continuidade ao ensino básico e permite o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidos no ciclo de estudos precedente e a aquisição de novas capacidades intelectuais e aptidões físicas necessárias à intervenção criativa na sociedade. Visa possibilitar a aquisição das bases científico-

tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular, permite, pelas vias técnica e artística, a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. A duração do ensino secundário é de seis anos e está organizado em três ciclos de dois anos cada. O 1º ciclo designado de tronco comum, correspondendo aos 7º e 8º anos de escolaridade, visa aumentar os conhecimentos do aluno e abrir-lhe as possibilidades de orientação escolar e vocacional; os 2º e 3º ciclos, correspondendo, respectivamente, aos 9º/10º anos e 11º/12º anos de escolaridade, com duas vertentes de formação: via geral e via técnica. Este ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e privados. (op cit, s/d)

O Ensino Médio é de natureza profissionalizante. Tem geralmente a duração máxima de três anos e é realizado em Institutos públicos e privados, tutelados pelo Ministério da Educação. (op cit, s/d)

O Ensino Superior, no quadro da referida reforma do ensino, visa proporcionar uma formação científica, técnica, humanística e cultural, que habilita para as funções de concepção, de direcção de execução e de investigação. Esta modalidade de ensino começou a ser implementado em Cabo Verde a partir da criação da Escola de formação de Professores do Ensino Secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição. Não obstante é, a partir de 1992, que se cria a Comissão Instaladora do Ensino Superior no âmbito da reforma de ensino, com o objectivo de se fazer o enquadramento institucional das competências existentes. Apesar das alterações significativas neste sector, a maioria da formação superior é realizada no exterior (op cit, s/d).

Por último, o subsistema de Educação Extra-escolar, sistema alternativo Ensino Básico de Adultos. A população-alvo é composta por adultos que nunca frequentaram o sistema escolar e por jovens que abandonaram prematuramente o ensino entre outras razões, por motivos de ordem económica e social. De 1975 a 1997 conseguiu-se reduzir a taxa de analfabetismo de 60,7% para, aproximadamente, 26%. Conforme a LBSE, (1990), "Um subsistema de educação extra-escolar promoverá a elevação do nível escolar e cultural de jovens e adultos numa perspectiva de educação permanente e da formação profissional." (op cit, s/d)

A reforma que se efectou no sistema educativo apostou, seriamente, na vertente técnica e profissional do ensino e a preparação de programas de formação profissional visando a capacitação técnica do indivíduo. Esta opção revela a preocupação do governo em termos de políticas educativas viradas para a valorização dos recursos

humanos, no sentido da construção de um sistema de ensino em harmonia com a realidade geográfica, económica e social onde, ao cidadão são permitidas maiores alternativas de formação, uma formação virada para a vida activa, numa articulação entre as necessidades nacionais e as necessidades pessoais, cujo objectivo último é o desenvolvimento socio-económico. (op cit, s/d)

2. Contextualização da Língua portuguesa.

2.1. Origem e formação da língua portuguesa

Os Romanos desembarcaram na Península Ibérica no ano de 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica.¹ Dão cabo dos Cartagineses no ano de 209 e empreendem, então a conquista do país. (TEYSSIER, P. 1980).

A Península é inicialmente dividida em duas províncias, a Hispânia Citerior (a região nordeste) e a Hispânia Ulterior (a região sudoeste). No ano de 27 a. C. Augusto divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: a Lusitânia, ao norte do Guadiana, e a Bética, ao Sul. Posteriormente, entre 7 a. C. e 2 a.C., a parte da Lusitânia situada ao norte do Douro, chamada Gallaecia, é anexada a província Tarraconense (a antiga Hispânia Citerior). Cada província subdivide-se num determinado número de circunscrições judiciais chamadas *conventus*. Um exame rápido do mapa mostra que o actual território de Galiza espanhola e de Portugal corresponde aproximadamente a quatro desses *conventus*, os de Lucus Augustus (Lugo), de Bracara (Braga), de Scalabis

¹ - A **Segunda Guerra Púnica** (De *Poeni*, em latim, "Fenício" e também "Pirata"), começou em consequência da Primeira Guerra Púnica. Ambas as nações saíram desta primeira guerra bastante prejudicadas pelos esforços e perdas despendidos no período, inclusive com as respectivas economias muito debilitadas. Mas a vitória deu a Roma diversas vantagens. A **Segunda Guerra Púnica** foi possivelmente o acontecimento mais importante da Antiguidade ocidental, pois foi através da vitória neste conflito que Roma começou sua grande expansão. Ao final da guerra, os vitoriosos romanos tomaram o controle do Mediterrâneo ocidental, anexaram a Península Ibérica, começaram a completar a subjugação da própria Península Itálica, firmaram alianças no norte da África e começaram sua expansão em direcção ao Oriente, para a Ilíria, para a Grécia e para a Anatólia. Foi um conflito demorado, que envolveu toda a bacia oeste do Mediterrâneo, estendendo-se da Península Ibérica até a Península Itálica e desde o sul da Gália até o norte da África.

Santarém) e de Pax Augusta (Beja). Todavia, a área linguística do que veria a ser o galego e o português delinea-se, pois desde a época romana. (op. cit. 1980)

Refere-se pois, que o tão prolongado domínio tem como expressão mais relevante o conhecido processo de “romanização”, grande gesta de natureza político-militar, social, económico e cultural que teve como objectivo central a construção de um grande império, através da colonização, da integração, da assimilação e da aculturação dos vários povos conquistados. Nesse processo (a semelhança do que veria a acontecer com Portugal aquando da constituição do seu império ultramarino, uma vez que os portugueses também tinham como propósito divulgar a sua língua, sua cultura e a religião cristã), teve um papel decisivo a divulgação e implantação da língua dos dominadores entre os povos dominados. (GOMES & BAPTISTA, 1994)

Assim, se compreende que seja a língua latina a grande matriz de onde veria o português e como ele, as chamadas línguas “românicas” ou “novilatinas” (o castelhano, o francês, o italiano, o romeno, entre outras) (op. cit. 1994)

Contudo, a língua que os romanos divulgaram e implantaram nas várias regiões do Império, era o latim dos usos quotidiano, que comporta o falar corrente do cidadão comum, na rua ou em ambiente familiar, o falar rústico dos camponeses, as gírias dos soldados, funcionários e mercadores, entre outros. Era, portanto, um latim falado por vastas camadas da população de Roma e dos povos que foram sendo dominados. E se é certo que este latim, tradicionalmente conhecido pela designação de “latim vulgar”, é uma língua transformadora, não é menos verdade que é também uma língua que se vai transformando em contacto com as novas realidades do império e com um leque variadíssimo de falares locais (op. cit. 1994).

É oportuno salientar ainda, que o latim falado nas diferentes regiões do Império Romano tinha uma realidade tão diversificada que, no século III, a unidade linguística do império já não existia. Essa imensa diferenciação dialectal é uma das principais causas da transformação do latim nas línguas românicas. A diferenciação dialectal explica-se por vários factores:

- O factor cronológico – as regiões foram romanizadas em momentos diferentes, recebendo, portanto, o latim em diversos momentos da sua evolução.
- O contacto entre a cultura romana e as diferentes culturas dos povos conquistados.
- A grande diversidade socio-económica das regiões conquistadas.

Pode-se dizer então sem sombras de dúvidas que é no contexto da chamada “reconquista cristã,”² organizada a partir do norte peninsular contra os muçulmanos, que, no séc. XII e na “célula” dum pequeno condado, tem origem um dos reinos mais antigos da Europa: Portugal. A língua portuguesa nascerá por sua vez, dum dialecto medieval falado num território correspondente em traços largos, ao da actual Galiza e Minho, o galaico-português, que, a partir do séc. XIV, com a consolidação da independência e o estabelecimento definitivo das fronteiras geográficas de Portugal, se geminará em galego e em português em consequência do próprio declínio da escola literária galaico-portuguesa, (por volta de 1350) e da crescente afirmação do eixo estratégico “Coimbra-Lisboa,”³ a nível educacional, cultural e político (op. cit. 1994).

Assim sendo, a língua portuguesa foi-se modelando através de uma longa e lenta dinâmica evolutiva, em que estão presentes as marcas de um remotíssimo base (substracto) ante-romeno (de que há por exemplo, vestígios, celtibéricos no léxico: arroio, bico, brio, e.t.c.) (TEYSSIER, 1980).

Enfim, com a independência de Portugal factores políticos, económicos e sociais determinaram a quebra da relativa unidade linguística galaico-portuguesa. E depois de separado do galego por uma fronteira política, o português, bastante diferenciado dos outros falares da região, seguiu seu curso, tornando-se a língua de Portugal e das antigas colónias portuguesas (op. cit., 1980).

2.2 - O ensino e aprendizagem da língua portuguesa nos PALOP.

A descolonização a que se seguiu à revolução de 25 de Abril de 1974 levou a constituição de cinco repúblicas independentes: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (op. cit., 1980).

² - A **Reconquista** (também referenciada como **Conquista cristã**) é a designação historiográfica para o movimento cristão com início no século VIII que visava à recuperação dos Visigodos cristãos das terras perdidas para os árabes durante a invasão da Península Ibérica.

³ - Um eixo que constituiu nesta altura o centro de domínio da língua portuguesa, já que com o português separado do galego, por uma fronteira política, a língua portuguesa torna-se numa língua de um país cuja capital é Lisboa. Embora o rei e a corte se desloquem frequentemente a sua “área de percurso,” situa-se agora num território delimitado por Coimbra ao norte e Évora ao sul. É nesta parte do reino (Coimbra e Lisboa) que estão implantadas as instituições que desempenham papel cultural mais importante, tais como, os Mosteiros da Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade, que fundada em Lisboa em 1288 ou 1290, depois transferido para Coimbra e, em outra ocasiões novamente para Lisboa, foi, por fim, definitivamente instalada em coimbra em 1537.

Esses países, depois de conseguirem as suas independências em relação à Portugal, adoptaram a língua portuguesa como sendo a língua oficial, do ensino, ou melhor das situações formais, ao contrário das previsões dos prestigiados sociolinguistas, como foi o caso do crítico e sociolinguista italiano Prof. Guiuseppe Tavani, que num importante ensaio, intitulado «Problemas da expressão linguística literária nos países africanos de independência recente», punha em causa a pertinência científica e ideológica, de uma eventual decisão no sentido de conferir à língua portuguesa um estatuto privilegiado. Aduzindo razões de ordem cultural, política e linguística. (FERREIRA, M., 1988)

Falando do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde, torna-se necessário frisar que o mesmo não é coisa de agora, na verdade, a partir do momento do povoamento das ilhas, os portugueses demonstraram a preocupação de “alfabetizar”, ou melhor de ensinar às populações indígenas a língua portuguesa, com o intento de fazer-lhes falar só esta língua. Neste particular revelou-se extremamente importante o papel das ordens religiosas, e o trabalho da missão veio no fundo a constituir um embrião de um modelo pedagógico só claramente contrariados a partir de meados do séc. XVII. (op. cit. 1988)

Salienta-se também, que as ordens religiosas para além de serem os grandes responsáveis pelo ensino e divulgação da língua portuguesa nas colónias africanas, criaram as bases sobre que assenta uma boa parte das referências didácticas ainda hoje importantes. (op. cit. 1988)

Porem, o português juntamente com o francês, e o inglês, são as línguas de colonização que mais responsabilidades tiveram no tocante à definição do actual mapa linguístico africano. (op. cit. 1988)

É de referir ainda que Portugal, assumiu desde sempre uma perspectiva diferente da dos outros países que tinham colónias em africa (França, Inglaterra, ...), baseando a sua política colonial no pressuposto da assimilação, o que passava pela adopção da religião, da língua e da cidadania portuguesa (op. cit. 1988).

Com a independência, após 25 de Abril de 1974, Cabo Verde a semelhança das outras ex-colónias portuguesas assumiu a língua portuguesa como sendo sua por direito e fez um grande esforço no sentido de colocá-la lado a lado com a língua Cabo-verdiana, e em algumas situações sobrepõe-se a estas. Assim sendo, essa atitude sobrepujou tudo quanto poderia pensar em 1975, ou mesmo nos anos seguintes. Não sendo uma pratica de ensino um pouco ao acaso e circunstância. Porém o governo de

Cabo Verde assim como dos outros PALOP fizeram de tudo para que a sua língua oficial fosse ensinada o melhor e mais eficazmente possível (op. cit. 1988).

É certo que, apesar destes dados e destas afirmações, que levam uma espécie de ufanía, os responsáveis pela educação nesses países referem algum insucesso e confessam que as metas atingidas poderiam ter ido mais além. Em relação a Cabo Verde que é o que nos interessa neste estudo, Dulce Almada Duarte, em 1978 afirma que “o português a língua que a esmagadora maioria das nossas crianças não fala, é o causador número um dos fracassos escolares” (DUARTE, 1978), posição contrariado por Manuel Ferreira que explica os insucessos dos alunos como sendo resultantes do baixo nível de qualificação dos professores, especialmente no ensino básico e adiantava que por cerca de 1500 docentes em função no EBI, pouco mais de 20% dispõe de habilitações próprias, sendo a maioria habilitado apenas com o 6º ano de escolaridade (FERREIRA, M., 1988).

2.3 - O estatuto da língua portuguesa nos PALOP.

O estatuto da língua portuguesa em território extra-peninsular foi o de língua invasora. Língua dos colonos e da elite instalada nas estruturas de poder, elite inicialmente europeia, paulatinamente alargada às raças nativas e a sua coexistência com as línguas locais pautava-se sobretudo por um estatuto impositivo.

O português era a língua do Império, símbolo desse poder abstracto todo-poderoso que se exercia desde além-mar, tentando regular outros modos de ser e de pensar, outros modos de viver tidos então por selvagens (TAVARES, M., 2006).

Facto é que os africanos foram os receptáculos da língua portuguesa e, se é certo que não o fora nem o são ainda, na sua larga maioria, são eles o sujeito do giro operado no estatuto daquela: de elemento estranho, imposto desde o exterior, ao de elemento unificador, símbolo e veículo de identidade, pelo menos, tanto quanto o têm permitido as condições histórico-culturais entretanto desenhadas e a própria geografia humana dos PALOPs. (Op. cit., 2006)

No entanto, torna-se oportuno realçar que com a independência das colónias portuguesas em África (Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe), surgiram varias interrogações no que concerne ao futuro da língua portuguesa nesses territórios, uma vez que, sendo a língua portuguesa a língua do colono, a língua estrangeira, a sua utilização não era fácil para os países que tinham como propósito

libertar-se das garras do colonialismo português, situação essa que tanto desconforto e sofrimento causou às populações indígenas. Da mesma forma, abandonar a língua portuguesa também não era tão fácil já que, como afirma Manuel Ferreira (s/d), a língua é um facto cultural e os factos culturais começam por pertencer a quem os produz e a partir daí deixam de ter donos.

Devemos, porém, ter em conta que razões muito fortes estiveram na base dessa histórica tomada de posição, basta saber que tal posição havia sido ditada no tempo da luta de libertação colonial, particularmente na voz de Amílcar Cabral que afirmou que “o colonialismo não tem só coisas que não prestam”. Numa exposição à responsáveis do partido, em Novembro de 1965, sobre a cultura no que ela tem de fundamental e no que ela representa de vital para o homem e para a sociedade, não olvidando os seus aspectos negativos, Cabral didacticamente adiantava que “devemos ser capazes portanto, de combater a cultura colonial e deixar na nossa cabeça aquele aspecto da cultura humana, científica, que porventura os Tugus trouxeram para a nossa terra e entrou na nossa cabeça também”, e reforçou dizendo que o português língua é uma das melhores coisas que os Tugus nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (op. cit. 1988)

A língua portuguesa gozou e continua a desfrutar de um estatuto privilegiado nos PALOP, uma vez que, ela foi adoptada logo após a independência pelos decisores políticos como a língua oficial, a que é utilizada no ensino, na administração, na imprensa, assim como nas relações com o mundo exterior. Ela sobrepõe-se as línguas locais chamadas na terminologia oficial, “línguas nacionais”, que servem de instrumentos de comunicação nas múltiplas situações correntes da vida. Essas línguas são ou os crioulos ou falares africanos. As ilhas de Cabo verde conhecem apenas o crioulo, a Guiné Bissau possui o seu próprio crioulo, bem como as numerosas línguas africanas, há crioulos igualmente em São Tomé e príncipe, em Angola e Moçambique, o português coexiste com as numerosas línguas locais, algumas como o quimbundo, faladas por milhões de indivíduos. (TEYSSIER, 1980)

Contudo, apesar da língua portuguesa coexistir nos PALOP com várias e diferentes tipos de línguas, deve-se ressaltar que os cinco têm feito um grande esforço para mantê-la cada vez mais viva e respeitada. Podemos comprovar isso com a expressão de (FERREIRA, M., 1988) que resalta que “o esforço que estes países têm posto na escolaridade da língua portuguesa ultrapassa tudo quanto se poderia pensar em

1975 ou mesmo nos anos seguintes”. Não é uma prática de ensino um pouco de acaso e de circunstância. Não. Trata-se, em qualquer desses países, de organizar um plano previamente elaborado e proceder a demarcação de metas a atingir (op cit, 1988).

Em suma, é de referir ainda que, no que concerne aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, é necessário frisar que o quadro sociolinguístico desses países hoje reflecte a opção governamental da língua portuguesa como língua oficial, e as línguas maternas consideradas como meios de expressões originária da cultura africana e meio de comunicação fundamental para as populações, aguardando-se a oportunidade material para a concretização de acções capazes de as tornar num instrumento na aprendizagem da leitura e veiculo de outros saberes elaborados. (op. cit. 1988).

3. Conceptualização da palavra motivação

O interesse pelo estudo da motivação não é coisa de hoje, na verdade, se voltarmos atrás no tempo, podemos verificar que a questão da motivação e incentivação da aprendizagem há muito que tem inquietado os professores, pedagogos, didácticos, entre outros, por exemplo podemos verificar que Quintiliano (33 a 95 d. C.), já salientava a importância do interesse no processo educativo (Hadyt, s/d).

Da mesma forma, Juan Luís Vives, (1492 a 1540), já chamava a atenção dos educadores para o valor da atenção e do interesse no acto de aprender, fazendo considerações sobre a influência da emoção e dos sentimentos no funcionamento da inteligência e da memória. Em pleno século XVI, ele fazia referência ao que hoje em dia a terminologia educacional moderna denomina a influência da área afectiva no campo cognitivo. (op.cit, s/d).

Podemos constatar ainda que, Pestalozzi (1746 a 1827), ressalta a necessidade do educador fazer uma sondagem sistemática do interesse do educando, a fim de conhecer os interesses característicos de cada faixa etária e poder aproveitá-las na orientação do processo de aprendizagem. (op.cit, s/d).

Assim sendo, pode-se salientar que o tema da motivação há muito que tem preocupado os envolventes no processo de ensino e de aprendizagem. Contudo para entrarmos mais concretamente no conceito da motivação, refere-se que o termo motivação é derivado do verbo em latino “movere”. A ideia de movimento aparece em muitas definições e, relaciona-se ao facto da motivação levar uma pessoa a fazer algo, mantendo-a na acção e ajudando-a a completar tarefas (PINTRICH & SCHUNK, 2002).

Do ponto de vista psicológico, a motivação é o estado correspondente ao sentimento de uma necessidade, gerada a partir de uma *carência*, muitas vezes através do afluxo de uma necessidade de acção. Essa necessidade traduz-se por uma *tendência* ou *impulso*, que conduz a procura de um determinado objectivo, que, uma vez alcançado, origina um *comportamento executor*, o qual satisfaz a carência-necessidade. (TAVARES, 1979)

No aspecto pedagógico, a motivação será a criação de condições tais que permitam despertar o interesse contínuo do aluno, através das suas potencialidades, estimulando-o, acima de tudo, a livre criatividade. A *motivação* é portanto, um catalisador da atenção, do interesse do aluno. Deste modo, motivar será interessar os alunos, predispô-los para a aprendizagem e para envidarem esforços no sentido de alcançarem determinados objectivos. (op cit., 1979)

No olhar académico, motivação é um conceito que abarca diversas conotações ou construtos significativamente relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento educativo e que tem gerado múltiplas perspectivas de estudo. Pintrich (1991) identificou três categorias gerais de construtos pertinentes à motivação no contexto educativo: (a) crenças dos indivíduos em suas capacidades para realizar uma actividade; (b) suas razões ou propósitos para se engajarem na actividade e (c) suas reacções afectivas em relação à actividade.

Segundo Murray (1986), a motivação representaria “um factor interno que dá início, dirige e integra o comportamento de uma pessoa”. Esta noção que liga a motivação a uma energia interna é também compartilhada por outros teóricos. Por exemplo, para Garrido (1990), a motivação é um processo psicológico, uma força que tem origem no interior do indivíduo e que o empurra, o impulsiona para uma acção. Na opinião de Pfromm (1987), “os motivos activam e despertam o organismo, dirigem-no para um alvo em particular e mantêm o organismo em acção”.

A motivação é ainda uma espécie de força interna que regula e sustenta, todas as importantes acções humanas e animais dirigidas para a concretização de um fim ou objectivo. Todas as pessoas têm os seus objectivos e podem alcançá-los de diversas formas, ou seja o indivíduo direcciona a sua conduta da forma que lhe permita satisfazer a sua necessidade ou carência. Por exemplo, um indivíduo não come quando tem alimento, ele come quando tem fome. Ao consumir as reservas alimentares, o organismo reclama nova ingestão de alimento. Depois de alcançar e de ingerir, o organismo sente-se reequilibrado e desaparece a tensão inicial. (HADYT, s/d).

Para Gallisson & Coste (1983), a motivação está na base do dinamismo e da orientação do comportamento. Concebidas como variável necessária à explicação dos comportamentos, a motivação deve ser diferenciada das necessidades de que emana, das atitudes que podem determiná-la ou que ela pode subentender, dos interesses que correspondem ao aspecto afectivo da relação estabelecida entre as necessidades (e motivações) e os objectivos susceptíveis de os satisfazer

A motivação pode também ser conceituada como alguma coisa que faz uma pessoa agir, ou o processo de estimular uma pessoa a agir. A palavra é frequentemente utilizada para descrever aqueles processos que instigam um comportamento; fornecem direcção e propósito ao comportamento; permitem a persistência do comportamento; conduzem às escolhas ou preferências de um determinado comportamento (HOLLI & CALABRESE, 1991).

É de referir ainda que de acordo com Pintrich e Schunk (2002) uma definição de motivação deveria englobar alguns elementos: a noção de “processo”, ou seja, a motivação é um processo e não um produto, dessa forma não pode ser observada directamente, mas pode ser inferida a partir de alguns comportamentos. As metas têm a função de oferecer um ímpeto para a direcção da acção do sujeito, e cujo ponto principal seria o de que os indivíduos sempre têm algo em mente, que buscam atrair ou evitar ao realizar uma acção; a necessidade de uma actividade física (esforço, persistência e outras) e/ou mental (acções de natureza cognitiva como o pensar, planejar, avaliar, etc.) e por fim, o último elemento seria relacionado ao facto da motivação iniciar e sustentar uma acção.

Contudo, o conceito de motivação, no seu sentido mais genérico, pode ser definida como «um princípio de forças que levam os organismos a atingirem um fim» (FRAISSE, 1959).

Todavia, quando se pensa na motivação para a aprendizagem é indispensável considerar as particularidades de cada meio escolar, uma vez que as tarefas e actividades facultadas no referido meio estão relacionadas com processos cognitivos como, a capacidade de atenção e de concentração do educando, para que este possa processar as informações recebidas da melhor forma, para posterior raciocínio e resolução de problemas que poderão surgir, dizendo de outra forma, para que se alcance uma aprendizagem significativa que é que se pretende na educação. Por esta razão, alguns autores como Brophy (1983) e Bzuneck (2002) acreditam que aplicar conceitos gerais sobre motivação humana no ambiente escolar não seria muito apropriado sem a

consideração das singularidades deste ambiente. Assim sendo, para cada ambiente escolar deve-se adoptar um conceito de motivação adequada, para não correr o risco de obterem resultados insatisfatórios.

Ao analisarmos todos os conceitos, de diferentes teóricos, apresentados anteriormente fica-se com a ideia de que a motivação esta na base de qualquer comportamento, ou seja que todo o comportamento é motivado, mas é preciso ter em conta que existem diferentes tipos d motivação, como passaremos a apresentar no próximo tópico.

3.1. Tipos de Motivação

As pessoas diferem em seu nível de actividade, podendo ser activas ou passivas, indolentes ou construtivas e as explicações para tais diferenças não se limitam a factores biológicos ou disposicionais. Ainda que se considere a diversidade de contextos e interacções sociais, que marcam toda actividade humana, os factores motivacionais respondem pelas escolhas, pela orientação a objectivos, pelo esforço e perseverança na acção (PINTRICH & SCHUNK, 1996).

Nesse sentido, podemos então dizer que uma pessoa quando direcciona o seu comportamento com vista ao alcance de uma meta, fá-lo em diferentes situações, ou seja, pode estar motivado a realizar uma determinada tarefa com o propósito de receber uma recompensa ou evitar uma punição, ou esta motivado em realizá-lo pela tarefa em si, não porque vai receber um prémio.

Na escola, a motivação tem sido considerada como um factor determinante no que tange ao nível de qualidade da aprendizagem e do desempenho. Assim sendo, apresenta-se dois tipos de motivação, a saber, a motivação intrínseca e a extrínseca.

3. 1. 1. Motivação intrínseca

A motivação intrínseca é o fenómeno que melhor representa o potencial positivo da natureza humana, sendo vista como a base para o crescimento, integridade psicológica e coesão social (DECI & RYAN, 2000). Segundo os mesmos autores, trata-se de uma disposição natural para procurar novidade, desafio, para adquirir e treinar as próprias aptidões. Refere-se a participação em determinada actividade por interesse que

esta desperta no próprio aluno, por ser interessante, cativante ou, de alguma forma, causadora de satisfação.

Neste caso, podemos salientar que no contexto escolar, a motivação intrínseca constitui uma verdadeira maravilha, uma vez que desperta e sustenta processos de aprendizagem da mais alta qualidade, constituindo-se, portanto, num produto precioso a ser buscado na área educacional. Assim sendo, um aluno motivado intrinsecamente revela-se activamente envolvido no processo da construção da sua própria aprendizagem, engajando-se e persistindo em tarefas desafiadoras, expendendo esforços, usando estratégias apropriadas, procurando desenvolver novas habilidades de compreensão e de domínio dos conteúdos. Apresenta ainda o entusiasmo, a paixão, na realização das tarefas e orgulho acerca dos resultados de seus esforços, podendo superar as vezes as metas estabelecidas previamente.

É baseando nestas considerações, com a finalidade de ressaltar os componentes essenciais da motivação intrínseca e os factores que a impulsionam, Deci e Ryan (1985) propuseram a Teoria da Autodeterminação, na qual abordam a personalidade e a motivação humana, concentrando-se nas tendências evolutivas, nas necessidades psicológicas inatas e nas condições contextuais capazes de favorecer esse tipo de motivação, ao funcionamento social e ao bem-estar pessoal. Nessa perspectiva teórica, a motivação intrínseca é determinada pela satisfação das necessidades psicológicas básicas de autodeterminação ou autonomia, de competência e de pertencer ou de estar vinculado a outras pessoas. Situações que nutrem as três necessidades psicológicas promovem a motivação intrínseca, enquanto que falhas no atendimento de tais necessidades acarretam decréscimo ou até impedem seu surgimento.

Em suma, “um aluno com motivação intrínseca em sala de aula caracteriza-se por curiosidade, interesse, atenção concentrada, persistência e um alto envolvimento nas actividades de aprendizagem, que são buscadas como um fim em si mesmas” (GUIMARÃES, 2001). Como se pode facilmente depreender dessa descrição, a motivação intrínseca é o estado educacional mais desejável, tendo levado diversos autores a trabalhar na identificação dos factores que a promovem e, por outro lado, que a possam comprometer. Envolvimento semelhante com a aprendizagem pode ser observado em situações nas quais, embora se evidencie a motivação extrínseca, a regulação externa é integrada aos valores e regulações do próprio aluno.

3. 1. 2. Motivação extrínseca

Em oposição à motivação intrínseca, surgem as denominadas de motivação extrínseca, que tem sido definida como a motivação para trabalhar em resposta a algo externo à tarefa ou actividade, para a obtenção de recompensas materiais ou sociais, de reconhecimento, ou com o objectivo de atender a comandos ou pressões de outros, ou ainda para demonstrar competência ou valor. Nas aprendizagens escolares, o aluno extrinsecamente motivado avalia cognitivamente as actividades como um meio dirigido a algum fim extrínseco, ou seja, acredita que o envolvimento na tarefa trará resultados desejados como, por exemplo, notas altas, elogios, prémios ou ajudará a evitar problemas como o de ser punido. Em decorrência dessa relação instrumental, pouca persistência é relacionada à motivação extrínseca pois, sendo retirada a consequência, a motivação para o estudo ou trabalho desaparece (AMABILE, HILL, HENNESSEY & TIGHE, 1994; FORTIER, VALLERAND, & GUAY, 1995).

Porém, vários autores demonstraram que a redução do esforço pode ter origem em razões extrínsecas como, por exemplo, evitar punições ou obter recompensas, nem sempre relacionadas com as actividades (DECI & RYAN, 2000, PATRICK, SKINNER, & CONNELL, 1993).

As investigações mais recentes vêm demonstrando que recompensas externas não necessariamente “destroem”, “corroem” ou “minam” a motivação intrínseca mas sim, podem ser usadas como formas de favorecer o desenvolvimento desta última, mesmo porque tem ficado evidente que a motivação intrínseca e a extrínseca fazem parte de um mesmo contínuo de auto-regulação (DECI & RYAN, 1985).

Sendo assim, as conclusões a que se pode chegar, é que os efeitos das recompensas dependem, especialmente, de *como e quando* são oferecidas, isto é, de condições para sua *efectividade*. Por isso, um professor ao recompensar o seu educando deverá ter sempre presente o como e quando é que o vai recompensar, para evitar resultados desagradáveis.

3.2. Classificação da motivação

3.2.1. Motivações fisiológicas (primárias, inatas, básicas ou biogénicas) VS Motivações sociais (adquiridas, aprendidas, secundárias ou sociogénicas)

a) Motivações fisiológicas (primárias, inatas, básicas ou biogénicas)

As motivações fisiológicas são inerentes à estrutura biológica do organismo, tendo por função garantir o equilíbrio orgânico – homeostasia (que é um processo dinâmico de auto-regulação que assegura a sobrevivência do organismo). Exemplos de motivações fisiológicas são: o sono, a dor, a fome, a sede (BÁRTOLO, 1990).

O sono é um impulso que tem um papel fundamental no equilíbrio orgânico. O desejo de dormir é um dos impulsos mais fortes e ela é regulada pelo hipotálamo (op. cit., 1990).

O impulso da dor tem por função a defesa do organismo, conduzindo-o a evitar o estímulo doloroso para manter o equilíbrio orgânico (op. cit., 1990).

A sensação de fome é provocada pelas contracções do estômago, que desencadeiam estímulos internos que nos levam a procurar alimento. O hipotálamo detecta situações de carência orgânica: sentimos fome. É este estado que nos leva a orientar acções com o objectivo de satisfazer a necessidade (op. cit., 1990).

A aprendizagem tem um papel importante na satisfação do impulso da fome nos seres humanos: o que comemos, quando e como comemos são determinados pela cultura a que pertencemos (ESTEVES, P. T. 2000).

b) Motivações sociais (adquiridas, aprendidas, secundárias ou sociogénicas):

As motivações sociais variam de pessoa para pessoa (de cultura para cultura), são adquiridos através do processo de socialização e resultam do processo de aprendizagem social (BÁRTOLO, 1990).

Entre as motivações sociais destacam-se:

Necessidade de afiliação – é o desejo de que a pessoa tem de ser aceite e estimada pelos outros, e está relacionada com a vida dos seres humanos em grupos. Existe uma relação entre a afiliação e a necessidade de aprovação social (sobretudo quando existe uma conformidade dos comportamentos individuais às normas do grupo para as pessoas serem aceites pelos outros membros) (op cit., 1990).

Necessidade de realização/sucesso – a motivação de realização é o desejo de ser bem sucedido em situações desafiantes. Há uma grande preocupação em alcançar

padrões de desempenho elevados, desenvolvendo actividades difíceis, vencendo resistências e obstáculos (op cit., 1990).

Necessidade de poder/prestígio – necessidade de ter uma posição de determinado nível na sociedade e de ser admirado (por exemplo: pessoas que procuram ocupar lugares de chefia) (op cit., 1990).

Todavia, há quem questione esta divisão das motivações, afirmando que todas elas têm um fundo comum: a busca do prazer, o único e verdadeiro motivo de todas as acções humanas (op. cit., 1990).

3. 2. 2. A motivação clássica VS motivação actual, ou permanente

a) Motivação clássica

Entende-se a motivação clássica, como a ideia generalizada em que a motivação do ponto de vista didáctico, consiste numa conversa amena do professor com os seus educandos, durante os cinco minutos iniciais de cada aula, conversa que seja uma espécie de intróito à matéria da lição. Nesta perspectiva a motivação não deve nunca ultrapassar os tais cinco minutos. (TAVARES, 1979).

Semelhantemente, os planos de lição, que os professores estagiários eram e ainda em algumas situações são obrigados a apresentarem antes das aulas, obedeciam também a uma rigidez impressionante, reservando os mesmos cinco minutos para essa motivação inicial, para além da exigência do cumprimento dos mesmos, letra-a-letra, linha-por-linha, do princípio ao final da aula. (TAVARES, 1979).

Este tipo de motivação não prevê que o educando pode demonstrar alguma desmotivação no decorrer da aula e que quando isso acontecer o professor deve buscar alternativas ou estratégias para motivá-lo, caso contrário o seu trabalho dificilmente poderá ser frutífero. Neste caso a motivação inicial é uma motivação para começar a aula, e como já se afirmou antes, trata-se de uma motivação que apenas dura cinco minutos. Depois disso, nada mais, acabam-se os apelos ao interesse, à curiosidade, à atenção dos alunos, entre outros o que certamente poderá prejudicar o processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que se um aluno sentir-se desmotivado depois dos tais cinco minutos iniciais ele poderá não participar na construção do seu conhecimento, a aula deixará de ter sentido para ele.

Enfim, este tipo de motivação tradicional, clássica, feita no início da aula, pode chamar-se motivação inicial, contraposta aquela motivação que deve manter-se ao longo de toda a aula, do primeiro ao último instante, designada por motivação de desenvolvimento ou, de preferência, motivação permanente, que é o que nós aconselhamos aos professores para o bem do sistema educativo.

b) Motivação actual, ou permanente

A motivação, o estímulo e incentivo para que o aluno continue interessado, do começo ao final da aula, deve estar sempre presente. Motivar uma aula não é somente recorrer a motivação inicial, é antes de tudo, um trabalho de acção contínua e permanente, junto da turma no seu todo e de cada aluno em particular. O professor deve, pois, ter a preocupação constante de motivar as suas aulas com uma motivação total, porque só esta lhes dá vida, naturalmente voluntariamente. (TAVARES, 1979).

Apenas desse modo, com uma motivação que se mantenha no decurso de toda a aula, se consegue uma participação expressiva e actuante, o que faz com que as aulas sejam devidamente motivadas.

Importa salientar também que temos de ter muitíssimo cuidado ao motivar uma aula. O professor não pode esquecer que tem diante de si um grupo de mentalidades diversificadas, que não deve (nem pode) moldar à sua imagem. Relembremos que o educador tem de possuir um conjunto extraordinário de predicados, uma extraordinária preparação pedagógico-didáctica, para conseguir orientar os seus educandos, da melhor forma, nos caminhos por eles escolhidos.

Enfim, podemos salientar que entre a motivação clássica e a actual ou permanente existe uma grande diferença, visto que se na primeira as estratégias motivacionais duram somente cinco minutos, na segunda elas se mantêm no decorrer de toda a aula, sempre que se revelar necessário.

3.3 - Teorias motivacionais

3.3.1. A teoria de Maslow – conhecida por Teoria das Necessidades

O comportamento motivacional, segundo Maslow, é explicado pelas necessidades humanas. Nesta perspectiva, a motivação, é compreendida como o resultado dos estímulos que impulsionam os indivíduos, levando-os a agir com algum propósito. Assim sendo, podemos dizer então que, para haver a acção é preciso que o indivíduo seja estimulado, podendo contudo, este estímulo ser externo ou interno, proveniente do próprio organismo. Por um bom motivo, qualquer pessoa saudável se sente estimulada a agir com determinação cheia de entusiasmo. Esta teoria nos dá ideia de um Ciclo Motivacional. (COELHO, 2006)

Nessa teoria, as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância e de influência, representadas numa pirâmide, tendo na base as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas) e no topo, as necessidades mais grandiosas (as necessidades de auto realização) (op cit, 2006).

Torna-se oportuno salientar que a teoria de Maslow é conhecida como uma das mais importantes da motivação. As necessidades dos seres humanos obedecem para Maslow, uma hierarquia, ou seja, uma escala de valores a serem transpostos. (op cit, 2006).

Pode-se concluir então que, sempre que um indivíduo alcança uma necessidade, surgirá outra a conquistar, levando as pessoas a buscar meios para satisfazê-la. Sem que as necessidades básicas estejam satisfeitas, poucas ou nenhuma pessoa procurará reconhecimento pessoal ou status. Assim sendo, Maslow organizou tais necessidades da seguinte forma, conforme os níveis hierarquia de importância e de influência:

- **Necessidades Fisiológicas:** necessidades de sobrevivência como por exemplo, necessidade de alimento, água, oxigénio, sono, sexo. Todavia, estas necessidades são instintivas, uma vez que nascem com o homem;

- **Necessidades de Segurança:** busca de protecção contra ameaças e privações. Mantém as pessoas em estado de dependência seja com a empresa, seja com outras pessoas;

- **Necessidades Sociais:** relacionadas ao convívio social, amizade, afecto, amor;

- **Necessidade de Estima:** desenvolvimento de sentimentos de autoconfiança e de ser útil e necessário para os outros. Sua frustração produz sentimentos de inferioridade e impotência;

- **Necessidade de Auto-Realização:** tendência de explorar suas potencialidades,

De acordo com Maslow, as necessidades fisiológicas constituem a sobrevivência do indivíduo e a preservação da espécie: alimentação, sono, repouso, abrigo, etc. As necessidades de segurança constituem a busca de protecção contra a ameaça ou privação, a fuga e o perigo. As necessidades sociais incluem a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros, de troca de amizade, de afecto e amor. As necessidades de estima envolvem a auto apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, de status, prestígio e consideração, além de desejo de força e de adequação, de confiança perante o mundo, independência e autonomia. As necessidades de auto realização são as mais elevadas. Trata-se de cada pessoa realizar o seu próprio potencial e de auto desenvolver-se continuamente, (SERRANO, 2000)

Enfim, a hierarquia de necessidades defendida por Maslow teve uma grande importância, porém estudos que se seguem no comportamento e motivação humana, mostram que cada indivíduo pode dar prioridade a diferentes necessidades de acordo com a cultura, religião e outras influências externas ou internas. Nos últimos anos a própria comunidade científica que é tida como céptica, vem reconhecendo que as pessoas mais espiritualizadas, livres de dogmas e fanatismos religiosos apresentam comportamentos mais estáveis e um nível de motivação superior à aqueles que seguem fazendo excessivo uso da razão no seu quotidiano, (op cit, 2000).

3.3.2. Teoria dos Dois Factores – Herzberg

Herzberg tomou como ponto de partida a teoria clássica de Maslow, mas como Aldefer, também discordou de alguns pontos da Teoria das Necessidades. Concorde com Maslow no que diz respeito às necessidades serem sempre internas, mas discorda ao afirmar que quando as pessoas falam de “sentimento de insatisfação”, referem-se aos *factores extrínsecos* ao trabalho e quando se referem a sentir-se bem estão a referir a *elementos intrínsecos*. (SILVA, 2001).

Herzberg classifica a motivação em duas categorias:

- **Factores de Higiene:** são os factores extrínsecos e são os que previnem a insatisfação; giram em torno do “contexto do cargo”: como a pessoa se sente em relação à empresa, as condições de trabalho, salários, prémios, benefícios, vida pessoal, *status*, relacionamentos interpessoais (op. cit, 2001);

- **Factores de Motivação:** são os factores intrínsecos, associados a sentimentos positivos e estão relacionados com o “conteúdo do cargo”: como a pessoa se sente em relação ao cargo: o trabalho em si, realização pessoal, reconhecimento, responsabilidades. O funcionário que está motivado tem um gerador interno e executa a tarefa pôr ela mesma, pela realização, o reconhecimento, a responsabilidade e o progresso (op. cit, 2001).

Dentro do ponto de vista desta teoria, a chave da motivação se encontra na reestruturação dos cargos, tornando-os mais desafiadoras e gratificantes, o que deixa entender que a teoria em causa dá muita importância aos elementos intrínsecos da motivação.

Para o autor, a insatisfação não é o mesmo que a não satisfação, uma vez que pode não estar insatisfeito, mas ao mesmo tempo, pode-se também não estar satisfeito. Muitas críticas foram feitas à teoria no que diz respeito à metodologia empregada sendo limitada ao seu modelo, quando não empregado, gera resultados divergentes e também são criticadas as suposições consideradas na teoria, em outras palavras, é questionada a suposição que dois conjuntos de factores operam primariamente em uma única direcção (op. cit, 2001).

Comparando com a Teoria de Maslow, constata-se que na perspectiva de Herzberg, a motivação depende do trabalho em si e não dos incentivos que os empresários possam dar aos funcionários, sendo assim, podemos afirmar que na óptica de Herzberg não são os estímulos do professor que motivam os alunos mas sim o conteúdo em si, enquanto que para Maslow todas as necessidades motivam e provocam satisfação, para Herzberg não são todas as necessidades que motivam, pois algumas apenas evitam a insatisfação.

3.3.3. Teoria do Campo de Lewin

Em 1935, Kurt Lewin já se referia em suas pesquisas sobre comportamento social, ao importante papel da motivação. Para melhor explicar a motivação do

comportamento, ele elaborou a teoria de campo, que se baseia em duas suposições fundamentais.

- a) O comportamento humano é derivado da totalidade de factos coexistentes;
- b) Esses factos coexistentes têm o carácter de um campo dinâmico, no qual cada parte do campo depende de uma inter-relação com as outras partes.

Para Lewin, o comportamento humano não depende somente do passado, ou do futuro, mas do campo dinâmico actual e presente. Esse campo dinâmico é “o espaço de vida que contém a pessoa e o seu ambiente psicológico” (SILVA, 2001).

Assim sendo, Lewin propõe a seguinte equação, para explicar o comportamento humano:

$C = f(P, M)$ onde o comportamento (C) é função (f) ou resultado da interacção entre a pessoa (P) e o meio ambiente (M) que a rodeia. (op. cit, 2001).

O *ambiente psicológico* (ou ambiente comportamental) é o ambiente tal como é percebido e interpretado pela pessoa. Mais do que isso, é o ambiente relacionado com as actuais necessidades do indivíduo (op. cit, 2001).

Alguns objectos, pessoas ou situações podem adquirir *valência* no *ambiente psicológico*, determinando um *campo dinâmico* de forças psicológicas. (op. cit, 2001).

Os objectos, pessoas ou situações adquirem para o indivíduo uma *valência positiva* (quando podem ou prometem satisfazer necessidades presentes do indivíduo) ou *valência negativa* (quando podem ou prometem ocasionar algum prejuízo) (op. cit, 2001).

Os objectos, pessoas ou situações de *valência positiva* atraem o indivíduo e os de *valência negativa* o repelem. A *atração* é a força ou *vector* dirigido para o objecto, pessoa ou situação; a *repulsa* é a força ou *vector* que o leva a se afastar do objecto, pessoa ou situação, tentando escapar (op. cit, 2001).

Numa perspectiva cognitiva. Lewin estuda região do sujeito e do meio.

Região do sujeito – necessidade do sujeito

Região do meio – presença dos objectivos exteriores.

Para assim, realçar a importância da percepção que o próprio indivíduo tem do meio, e de como alcançar os objectivos e superar os obstáculos dá mais relevo à actividade cognitiva do sujeito. (BÁRTOLO, 1990).

3.3.4. Teorias «expectativas»

O homem tem a capacidade de projectar o futuro, o que constitui uma característica fundamental do comportamento humano

- Elabora projectos
- Escolhe objectivos
- Selecciona estratégias

Esta teoria explica a motivação do comportamento em função do valor do objectivo e das expectativas de o atingir. Este tipo de motivação não se caracteriza essencialmente pelo desejo de alcançar o sucesso ou ter êxito superior ao dos outros, porque estes desejos podem ter múltiplas razões (obtenção de recompensa, reconhecimento social), mas pelo facto de fazer em função da satisfação intrínseca que este processo proporciona. Os sujeitos motivados são capazes de sentir prazer e orgulho face ao sucesso e vergonha face ao fracasso. (op. cit, 1990).

É preciso que os professores tenham em mente, como já tínhamos realçado antes que está perante uma turma de alunos e por isso mesmo heterogénia, que não pode atribuir tarefas com grau de dificuldades elevadas aos alunos considerados “fracos” e nem com grau de dificuldades baixas aos tidos como sendo “brilhantes”.

3.3.5. Teoria do medo do Sucesso

A teoria da motivação considera que o sucesso representa objectivos sempre valorizados, o medo do sucesso manifesta-se frequentemente nas raparigas. Esta teoria teve a vantagem de chamar a atenção para aspectos sociais que podem determinar o valor dos objectivos de acordo com normas e valores de cada sociedade.

Os sujeitos mais motivados para a realização apresentam um desejo de sucesso superior ao medo do fracasso. Eles preferem tarefas de dificuldade média, esforçam e nunca desistem, logo obtêm melhores resultados. A motivação para a realização tem um efeito positivo sobre o nível do aluno, desde que seja tarefas de dificuldade média. (op. cit, 1990).

Na elaboração de objectivos, a motivação é maior quando estão conscientes da relação meio – fim, quando encontram interesse nas actividades instrumentais, o objectivo é reforçado. Quando reforçados realizam melhores actividades e com maior prazer. (op. cit, 1990).

Nestas situações, cabe aos pais e professores trabalharem em paralelo, com o propósito de aniquilar o medo do sucesso, visto que poderá impedir que o aluno evolua, atinja o patamar desejado pelos pais e professores, uma vez que quererá sempre resolver tarefas de dificuldades médias o que possivelmente impede que o mesmo explore a sua inteligência como deve ser.

4. Princípios e técnicas motivacionais

1. Os professores devem privilegiar aprendizagem cooperativa em detrimento da aprendizagem competitiva e individualista, uma vez que aquela é mais motivante do que esta.

2. Em todas as aulas o professor deve ilustrar as matérias com alguma coisa mais do que simples palavras, ainda que em dialogo com a turma, afim de atrair a atenção e o interesse dos alunos;

3. Os professores devem distribuir aos seus alunos tarefas que os obriga a pensar, ou se possível criar;

4. No que se refere ao sucesso escolar há que afirmar que:

- Saber as causas do sucesso ou do insucesso em uma determinada actividade, aumenta a motivação intrínseca do aluno porque este saberá como prosseguir para melhorar ou continuar os aspectos responsáveis por tal resultado;

- Quando um aluno ou um grupo de alunos terminam uma tarefa solicitada pelo professor com sucesso, este deve, parabenizá-lo, incentivá-lo a continuar desempenhar bem as suas tarefas e se possível reconhecer publicamente um trabalho bem-feito;

- Por outro lado, quando um aluno ou um grupo de alunos concretizam um tarefa sem êxito, o professor deve trabalhar juntamente com eles, tanto dentro como fora da sala, incentivar-lhes, fazer-lhes acreditar que são capazes de melhores resultados;

- As actividades programáticas devem graduar-se de tal forma que, partindo das mais acessíveis para os menos acessíveis, o aluno vá obtendo êxitos sucessivos partindo do pressuposto de que o êxito gera êxito;

5. As tarefas escolares devem enquadrar-se dentro do contexto social do aluno, ou seja, devem ter um sentido para o aluno, para que este possa interessar por realizá-la;

6. O grau de estimulação dos alunos deve ser apropriado. Não deve ser muito pouco porque não produzirá mudanças. Se é demasiada, pode produzir ansiedade e frustração;

7. Em relação ao grau de dificuldades das tarefas pode-se afirmar que:

- As modificações reguladas no nível de dificuldade e complexidade de uma tarefa favorecem a motivação intrínseca em quem a realiza, ao serem atraentes e agradáveis. Pelo contrário, as mudanças bruscas são recusadas ao serem reconhecidas como desagradáveis;

- O grau de dificuldade de uma tarefa tem de ser adequada, ou seja de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno. As tarefas compreendidas como sendo muito fáceis ou muito difíceis não criam motivação. As mais motivantes são aquelas percebidas com um nível médio de dificuldades;

8. Os professores centrados no controle diminuem a motivação. O professor deve dar autonomia no trabalho, promover a interacção aluno/aluno e professor/aluno na turma, para que os alunos sintam responsáveis pela construção dos seus próprios conhecimentos;

9. É importante que os professores tenham boas expectativas sobre os alunos, dado que os alunos tendem a produzir em muitos casos o que os professores esperam deles;

10. Um ambiente de optimismo, de boa relação interpessoal aumenta a motivação na sala de aula, visto que permite que o aluno se sinta respeitado como pessoa e capaz de conduzir e nortear a sua própria aprendizagem;

11. As mudanças na utilização de recursos e estratégias de aprendizagens podem aumentar a motivação dos alunos, mas é importante segundo Celso Antunes, (s/d) que o professor “Seja prudente com a novidade. Nunca a procure por ela mesma, mas pela melhoria que poderá proporcionar ao seu trabalho e à sua vida. Essa melhoria depende tanto de você como da própria novidade”.

12. Quando o professor parte das situações da vida real dos alunos para chegar a obtenção de princípios e leis estes sentem-se mais motivados. É oportuno salientar que tais situações, principalmente as dolorosas, não devem ter nenhuma relação com a vida de nenhum aluno ou com a de seus familiares para não produzir efeito contrário.

13. Quando se trabalha actividades práticas, os alunos devem poder estabelecer uma relação entre a prática e a (s) teoria (s) estudada (s) antecipadamente, se isso não acontecer raramente conseguirá tirar proveito das aulas, tanto práticas como teóricas, uma vez que as duas se complementam;

14. Os professores devem relacionar os temas a serem tratados com os interesses, necessidades e problemas próprios de cada idade ou fase de vida, sempre que

seja possível. O aperfeiçoamento é mais acelerado quando os alunos reconhecem que a tarefa combina com os seus interesses actuais, poderão por isso mesmo, identificar a finalidade de estar a aprender tal conteúdo;

15. Os alunos devem saber de antemão os objectivos que se pretendem atingir no final de cada conteúdo, isso para poderem sentir mais a vontade em participar ou direccionar os seus comportamentos em prol do alcance dos objectivos estabelecidos previamente;

16. Os docentes devem evitar a repreensão popular, o menosprezo, as comparações grotescas, as tarefas em excesso e, em geral, todas as condições prejudiciais para o trabalho escolar. Pelo contrário, deve-se utilizar, quando for necessário, a repreensão privada, a conversa particular e amistosa;

17. O aluno deve sentir que o professor mostra interesse por ele: pelos sucessos, pelas suas contrariedades, pelos seus objectivos;

18. Os alunos sentem-se mais motivados quando não são transformados em meros telespectadores, agente passivo, mas sim quando participa activamente na construção do seu próprio conhecimento. Neste caso, cabe ao docente orientá-lo, instruí-lo, em vez de despejá-lo conteúdos;

19. Os professores devem evitar que os alunos tenham dois ou mais motivos ao mesmo tempo, principalmente quando se trata de motivos opostos, uma vez que poderá sentir-se confundido e perder ambos os motivos;

20 – Os docentes devem dar aos alunos as informações necessárias para poderem realizar da melhor forma as suas tarefas, pedir ideias aos mesmos e envolvê-los em decisões sobre suas tarefas, o que certamente fará com que sintam mais útil e respeitado como sujeito pensante, só assim pode-se conseguir a desejada participação dos alunos no processo de ensino e de aprendizagem.

5 - O papel da motivação no processo de ensino e de aprendizagem

“Apenas a motivação permanente ou total
poderá dar vida, naturalidade e
voluntariedade às nossas aulas”.(TAVARES, 1979)

Partindo da afirmação de Tavares (1979), podemos salientar que no âmbito escolar, a motivação constitui um factor interno que impulsiona o aluno para estudar, iniciar os trabalhos e persistir neles até o fim. Segundo Bzuneck (2001), toda pessoa dispõe de recursos pessoais como o tempo, a energia, os talentos, os conhecimentos e as habilidades. Esses recursos poderão ser investidos em qualquer actividade escolar, o seu uso contribuirá certamente para manter os alunos motivados desde o início ao final da actividade. Desta forma, a motivação pode influenciar no modo como o indivíduo utiliza suas capacidades, além de afectar sua percepção, atenção, memória, pensamento, comportamento social, emocional, aprendizagem e desempenho. Daí, a grande importância que a motivação possui no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem de uma forma geral, e no da língua portuguesa em particular.

A escola, por sua vez, representa para a sociedade ocidental uma fonte socializadora de grande impacto na vida das pessoas. Para alcançar seus objectivos é necessário, no entanto, que se promova entre os estudantes interesse genuíno e entusiasmo pela aprendizagem e desempenho escolar (PAJARES & SCHUNK, 2001).

A partir dessa afirmação pode-se perceber a importante papel da escola no que tange ao desenvolvimento intelectual de uma pessoa e para a sua integração no seio da sociedade onde vive, tornando-a consciente do seu direito, dever e responsabilidades na construção e desenvolvimento do seu país o que, consequentemente leva a melhoria das condições de vida das pessoas.

É oportuno salientar que motivação e aprendizagem são dois aspectos que estão intimamente ligados e são vários os autores que demonstram a estreita e recíproca relação entre eles (PENNA, 1980; GAGNÉ, 1985; PFROMM NETTO, 1987; TAPIA & FITA, 1999; BORUCHOVITCH & BZUNECK, 2001). Assim sendo, como são várias as definições sobre motivação e, mais especificamente, sobre motivação para aprender, antes de falarmos da importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem de uma forma mais aprofundada, consideramos ser pertinente clarificar o conceito de motivação para aprender que J. Brophy (1983,1987) define “como uma competência adquirida por meio de experiências generalizadas, mas estimuladas directamente pela modelação, comunicação de expectativas, instrução directa ou socialização de pessoas significativas, especialmente pais e professores.”

É nesta óptica que a motivação tornou-se um problema de ponta em educação, quer se trate de professores como de alunos (BZUNECK, 2004). Um professor motivado, entusiasmado tanto na sala de aula como fora dela, ou seja sempre bem-

disposto, poderá incentivar, entusiasmar ou motivar com maior facilidade os seus alunos para um processo de aprendizagem eficaz. Por outro lado, professores desanimados, descomprometidos ou indiferentes terão presumivelmente alunos igualmente desmotivados e apáticos. A esse respeito observou-se que a falta de motivação e interesse em professores e alunos podem contribuir para que se estabeleça um círculo vicioso que mantém ambos em estado de “inércia” (ARRUDA, 2001).

A Motivação é fundamental para se garantir a atenção da plateia e o objectivo de transmissão de conhecimento. Diversas teorias em educação lidam com a natureza e os diversos componentes da motivação. Compreende-se motivação como a força que impulsiona alguém a satisfazer uma necessidade ou atingir um objectivo, sendo decorrente de dois componentes básicos, como já se afirmou anteriormente: um intrínseco, originado pelo repertório prévio do indivíduo, suas percepções e relacionamentos e outro extrínseco, decorrente do ambiente em que se dá o processo de aprendizagem. É muito importante a percepção da dimensão intrínseca de motivação, pois por maior que seja a nossa determinação em motivar o indivíduo, não podemos actuar completamente neste componente intrínseco. Podemos actuar vastamente no componente extrínseco e podemos tentar utilizar alguns factores do componente intrínseco que sejam do nosso conhecimento para aumentar o grau de motivação do indivíduo. Por mais óbvio que seja este argumento, ele nos permite compreender uma limitação fundamental do processo de ensino. Apesar dos maiores esforços e preparação dos professores, estes não conseguem atingir todos os alunos, na maioria das vezes não por não estarem utilizando os recursos necessários, mas porque o componente intrínseco da motivação não está suficientemente explorado. É extremamente importante que haja uma interacção entre os professores e os alunos e só pode haver interacção se ambas as partes estão motivadas.

É nesta óptica, tendo em vista que a motivação constitui um dos principais determinantes do êxito e da qualidade da aprendizagem, que se torna como que uma “obrigação” continuar a investigar a motivação tanto dos alunos como dos professores para que haja sucesso na prática educacional.

Porém, ao longo das últimas décadas, a investigação e a intervenção têm verificado que a realização escolar se deve mais às características motivacionais dos alunos do que propriamente ao seu quociente de inteligência (STERNBERG, 2005). Neste sentido, a motivação assume um papel crucial quando tentamos compreender e explicar os determinantes da realização escolar.

É de salientar ainda que no contexto escolar, há indicadores de que a motivação intrínseca facilita a aprendizagem e o desempenho dos estudantes. O aluno intrinsecamente motivado envolve-se em actividades que oferecem a oportunidade para o aprimoramento de seus conhecimentos e de suas habilidades. Por sua vez, o indivíduo extrinsecamente motivado, realiza uma tarefa escolar para melhorar suas notas ou para conseguir prémios e elogios (GUIMARÃES, 2003).

Pode-se então dizer que a motivação para a aprendizagem vem sendo entendida pelos teóricos contemporâneos como um construtor multidimensional caracterizado por teorias pessoais acerca da própria inteligência, atribuições de causalidade, orientações motivacionais intrínsecas e extrínsecas, metas de realização e variáveis relativas aos aspectos como o auto-conceito e a auto-eficácia do aluno. Destaca-se também, as variáveis relacionadas ao sistema educacional tais como os factores contextuais ligados às crenças de auto-eficácia do professor, ao clima da sala de aula, à natureza da tarefa, à estrutura de sala de aula, ao carácter da avaliação, à cultura e às características da escola (GRAHAM & WEINER, 1996).

A motivação é, pois, um factor determinante no processo de aprendizagem, e, sem que o educando esteja motivado, sem que ele esteja disposto a realizar esforços para receber conhecimentos, o trabalho escolar não pode ser positivo (TAVARES, 1979).

Em suma, podemos resumir a importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem na afirmação de Bzuneck (2001) *Alunos desmotivados estudam muito pouco ou nada e, conseqüentemente, aprendem muito pouco. Em última instância, aí se configura uma situação educacional que impede a formação de indivíduos mais competentes para exercerem a cidadania e realizarem-se como pessoas, além de se capacitarem a aprender pela vida afora.*

5.1. Tipos de alunos segundo a motivação

Segundo a motivação são diversos os tipos de alunos em relação à quantidade e intensidade de estímulos (TAVARES, 1979).:

1. *Alunos facilmente motiváveis e que não necessitam de muitos estímulos* – estão sempre prontos e com a melhor das disposições para participar activamente e com entusiasmo, nos trabalhos escolares. Poder-se-á apelidá-los de auto-motivados. Infelizmente são poucos, mas são verdadeiras maravilhas para o professor. Uma vez

que, estão sempre predispostos a aprender, o que lhes faz participar na construção dos seus próprios conhecimentos. (op cit.1979)

2. *Alunos que necessitam de motivos fortes para passarem à acção* – têm de ser constantemente e firmemente motivados, dentro e fora da aula, de modo que, lentamente, vão sendo preparados para as tarefas a realizar. (op cit., 1979).

Trata-se de alunos que requerem muita atenção por parte do professor, uma vez que podem passar despercebidos dentro da sala, pela passividade que os caracteriza.

3. *Alunos estáveis* – não são nem poucos esmorecidos, desalentados, nem muito encorajados, ou entusiasmado. Devem ser estimulados e apreciados, de quando em vez, pela perseverança dos seus esforços. (op cit, 1979).

O professor deve estar sempre atento aos esforços destes tipos de alunos para elogiá-los pelos êxitos alcançados.

4. *Alunos não motiváveis pelos meios que estimulam a maioria da turma* – são de difícil motivação e, para eles, não tem sentido os “excitantes” que produzem efeitos na maior parte dos colegas. (op cit, 1979).

Pode-se dizer que são alunos que não têm objectivos e preferências que a maioria da turma possui, por isso o docente deve mantê-los em constante observação no sentido de evitar atitudes ou comportamentos indesejáveis, como por exemplo pensar que para eles a escola não tem nenhuma importância.

5. *Alunos fáceis de motivar, mas em que a motivação é passageira, diminuindo o seu interesse à medida que a aula vai prosseguindo* – distraem-se facilmente, são muito inconstantes e devem merecer, por parte do docente, incentivos discretos mas continuados. (op cit, 1979).

Com estes alunos justifica-se a ideia de que as estratégias motivacionais não devem ser realizadas apenas no início da aula, mas sim, toda vez que se revelar necessário.

Contudo, acreditamos que o facto de termos numa sala de aula diversos tipos de alunos conforme a motivação só aumenta a tarefa do professor, do educador que terá que buscar as melhores estratégias para motivar os alunos que se demonstram desmotivados e fortalecer a motivação dos que estão sempre ou quase sempre motivados.

É importante, não esquecer que a motivação depende muito de factores como a idade, a inteligência, o sexo, a posição social e os traços de personalidade que cada educando pode apresentar. Por isso, os envolventes no processo de ensino e de

aprendizagem, como já tínhamos salientado antes devem preocupar-se em adaptar as suas estratégias metodológicas de acordo com os interesses dos seus educandos, já que estes são os grandes responsáveis pela construção dos seus saberes.

É de salientar ainda que não se deve esquecer que “todo o aluno deseja ser amado” (LIMA, 1973).

Desta forma, deve o professor demonstrar o seu interesse pelos seus discípulos, pelos problemas deles, por “tudo” quanto eles fazem na aula (e fora dela), e eles, para não desgostarem o mestre, esforçar-se-á por trabalhar e atingir bons resultados.

6. Papel do Professor no processo de motivação da aprendizagem

“Há um mundo a ser descoberto dentro de cada criança e de cada jovem. Só não consegue descobri-lo quem está encerrado dentro do seu próprio mundo”. (CURY, A., 2003)

Partindo do excerto de Augusto Cury, (2003), poderemos salientar que a responsabilidade do professor não se reside apenas na transmissão do conhecimento escolar, mas também na formação de pessoas, ele constitui uma peça fundamental do nosso presente e futuro, por isso, necessita de ser apoiado e preparado na sua formação adequadamente para a educação em todos os níveis e para diferentes tipos de alunos.

É por estas e por outras razões que a sociedade espera muito dos professores: em primeiro lugar, espera-se que os professores sejam competentes nas suas especialidades, que conheçam as matérias, que estejam actualizados em relação aos avanços da ciência e a evolução do sistema educativo. Em segundo lugar, que saibam dialogar-se, comunicar-se com os seus alunos, motivá-los, explicar-lhes os conteúdos, manter-lhes atentos, entrosados, cooperativos, produtivos. Só tendo estas habilidades e possivelmente outras não apresentadas aqui é que um professor conseguirá descobrir o mundo que na perspectiva de Augusto Cury (2003) existe na cabeça de cada aluno.

É de salientar também que as mudanças na educação, por sua vez dependem, em primeiro lugar, de termos educadores maduros, intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar. Pessoas com as quais valha a pena entrarem em contacto, porque dele saímos enriquecidos, uma vez que os grandes educadores atraem não só pelas suas ideias, mas pelo contacto pessoal. Dentro ou fora da aula chamam a atenção dos alunos. Há sempre algo surpreendente, diferente no que dizem, nas relações que estabelecem, na sua forma de olhar, na forma de

comunicar-se. São um poço inesgotável de descobertas, e é essas descobertas que no fundo acabam por fazer os alunos sentirem-se estimulados, motivados para aprender os conteúdos ou a disciplina que este professor surpreendente lecciona.

Assim sendo, poderemos dizer então que quando se pensa em ser professor, seja de língua portuguesa, matemática, física, inglês, ou outros deve-se em primeiro lugar ter uma formação que permite ao candidato ao cargo de docente ter todos ou quase todos esses atributos, para o benefício do aluno em particular e do sistema educativo no geral.

É desta forma que se pode evitar em algumas situações que o professor tenha um baixo nível de auto-estima, uma vez que se isso acontecer, poderá interferir no comportamento do mesmo e possivelmente no dos alunos. O professor com segurança, auto-conceito, integração, motivação e competência, não tem, em geral, problemas de disciplina. Voli (1998) afirma que “a projecção que o professor envia de si mesmo à classe é recebida por seus alunos, que por sua vez vão se sentindo seguros, reforçados em seu próprio auto-conceito, partes integrantes do grupo, motivados a aprender e conscientes de sua capacidade de fazê-lo. Sua projecção motiva seus alunos a entrar por si mesmos em uma situação de auto-estima e, portanto, de auto-disciplina, auto-responsabilidade e auto-realização”.

Assim sendo, pode-se salientar que o professor que consegue motivar sua turma, em todas as aulas que ministra contribui para elevar a auto-estima do aluno, e terá o sucesso da disciplina praticamente garantida.

É oportuno não esquecer nunca, que educar exige, ao mesmo tempo, criatividade, flexibilidade, escuta e limite, além de competência académica. Na teoria, isso parece fácil, mas na prática, não o é. Temos muita insegurança em relação ao processo de ensino e de aprendizagem. Tempos atrás talvez a tarefa de educar fosse mais simples, pela existência de regras rígidas, quase dogmáticas.

Partindo do pressuposto de que a motivação consiste na tentativa do professor proporcionar aos alunos condições ou uma situação induzindo-os a um esforço intencional, a uma actividade visando certos resultados preconizados, constata-se que a tarefa do professor que pretende manter a motivação não é fácil, uma vez que, não podem dar aula da mesma forma para alunos diferentes, para grupos com diferentes motivações. O professor precisa adaptar as suas metodologias e técnicas de comunicação para cada grupo. Tem alunos que estão prontos para aprender o que os professores têm para oferecer. Trata-se aqui de uma situação ideal, onde é fácil obter a sua colaboração. Alunos mais maduros, que necessitam daquele curso ou que

escolheram aquela matéria livremente facilitam o trabalho dos professores, estimulam-nos, colaboram na construção da aula com maior facilidade.

Conquanto, é importante que o professor conheça os seus alunos de tal forma para saber quais as informações que lhes interessam, para não desmotivá-los. Conforme salienta Bártolo (1990) “o professor deve fazer uma selecção de informação pertinente para avaliar a eficácia da aprendizagem”.

Torna-se pertinente acentuar também que o professor quando notar que alguns alunos parecem perder o interesse quando são apresentados tarefas demasiados fáceis ou também difíceis, deve rever a sua metodologia e adequar a tarefa a cada aluno, os que são tidos como mais “brilhantes” devem ser dadas as tarefas mais ou menos complexas, de acordo com os seus níveis, e os que são tidos como menos “brilhantes” devem ser dadas as tarefas menos complexas, também de acordo os seus níveis. Isso para o professor não correr o risco de desmotivar os seus alunos, uma vez que este tem de ter sempre presente que está perante uma turma, constituída por um grupo de alunos e por isso mesmo heterogénea. O que nos leva a considerar que a avaliação da dificuldade da tarefa varia de aluno para aluno, de grupo para grupo.

7. A Relação Professor – Aluno e a Motivação

Ao falarmos em motivação no processo de ensino e de aprendizagem escolar, é extremamente relevante ressaltar a relação professor x aluno, pois o modo como esse relacionamento se dá vai dimensionar e direccionar a questão da motivação, vai motivar ou desmotivar alunos ou até mesmo professores.

Todo professor que é consciente de seu papel, sabe que sua tarefa é orientar o aluno na construção da sua aprendizagem, tornando-o mais crítico, buscando sempre seu êxito e não seu fracasso. Sua relação com os alunos é uma relação profissional, que deve favorecer uma aprendizagem ampla, isto é, de conteúdo moral, ético, estético, entre outros, que inevitavelmente medeiam as aulas, como por exemplo o uso de temas transversais, de assuntos que transcendem os currículos.

Como salienta Henry Brooks Adam (1998) o professor é um profissional como outro qualquer (do ponto de vista meramente trabalhista), mas tem uma função, uma “missão” que é o seu diferencial: ele exerce grande influência sobre a formação da personalidade e do carácter de seus alunos. Seu modo de lidar com eles, de interagir com a turma durante as aulas, vai transmitir-lhes muito mais do que o simples conteúdo

das disciplinas e pode deixar marcas para o resto de suas vidas. Essas marcas podem ter um cunho positivo ou negativo (ADAM, H. B., 1998).

“O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca” (FREIRE, P 2002).

O professor (conscientemente ou não) transmite valores, princípios, direcciona a atenção do aluno para seus pontos de vista, suas preferências e opiniões. Na verdade, ele é um formador de opinião e esse é o lado político da educação. (ADAM, H. B., 1998).

Se o aluno não se interessa pela disciplina, seja pela pessoa do professor ou pela exposição das aulas, ele sente grande dificuldade em aprender e esta dificuldade poderá desmotivá-lo. Seu desinteresse e a sua aversão pela matéria, e até pela pessoa do professor, prosperam. Acaba por se criar um ciclo corrompido envolvendo a desmotivação e a não aprendizagem, o que é difícil de se destruir.

Todavia, o problema maior dessa situação é que o aluno pode levar algumas deficiências de conteúdo por toda sua vida escolar, dificultando também a assimilação de novos conteúdos por conta dessa deficiência. Como os conteúdos, em muitos casos não são isolados, mas, ao contrário, estão cada vez mais interligadas, essas dificuldades e deficiências poderão reflectir no percurso do aluno.

Em suma, pode-se dizer que, quanto maior for a afinidade entre professores e alunos, melhor será a espontaneidade do processo de ensino e de aprendizagem, pois mais facilmente os alunos compreenderão o sentido de estudar o que está sendo apresentado pelo professor e terão a curiosidade de buscar novas informações que possam complementar a aula, tornando-a um momento de aprendizagem dinâmica para ambos, aluno e professor. Para Carl Rogers, “a aprendizagem auto – iniciada que envolve toda a pessoa do aprendiz, seus sentimentos tanto quanto sua inteligência, é a mais durável e impregnante” (ROGER, 1978).

Além disso, há que se considerar que “a relação entre professores e alunos deve ser uma relação dinâmica, como toda e qualquer relação entre seres humanos. Na sala de aula, os alunos não deixam de ser pessoas para transformar-se em coisas, em objectos, que o professor pode manipular, jogar de um lado para o outro. O aluno não é um depósito de conhecimentos memorizados que não entende, como uma gaveta. O aluno é capaz de pensar, de reflectir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer

e o que não quer. O aluno é gente, é ser humano, assim como o professor.” (PILLETTI, N., 1987).

Daí a grande importância que os professores têm na formação da personalidade dos seus alunos. Ele não deve ser um profissional que trabalha com o propósito de no final de cada mês receber o seu salário, mas sim, aquele trabalha para ver plasmado nos seus alunos resultados dos seus esforços e dedicação.

8. Estratégias que podem ajudar os professores no processo de incentivação ou motivação dos alunos:

No processo de ensino-aprendizagem, o professor, o educador da era moderna, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos, deveres e das suas responsabilidades sociais.

Todavia, para que isso aconteça e de uma forma significativa é preciso que os evolutivos no processo de ensino e de aprendizagem estejam motivados. Os professores devem buscar as melhores estratégias possíveis para estimular, incentivar e motivar os seus alunos. Mas deve ter em mente sempre, que não há uma estratégia melhor e que nenhuma receita funciona da mesma forma para todos os alunos e para todas as turmas, conforme já tínhamos referido anteriormente, segundo a motivação temos vários tipos de alunos. Não se pode decidir, de forma confiável, o que deve ser feito em um sistema tão complexo como é a escola ou ainda uma turma de alunos sem uma profunda compreensão de como é que este sistema funciona.

Assim sendo, para que uma aula decorra da melhor forma possível, ou seja munida da motivação, por parte dos alunos, os professores devem:

1- Incitar em vez de informar – uma boa aula não termina em silêncio ou com os alunos olhando para o relógio. Ela termina com acção concreta. Antes de preparar cada aula, pergunte-se: o que você quer que seus alunos aprendam e façam e como você os convence disso? (NETO, s/d)

O professor ao fazer um resumo de uma aula ou ao introduzir um novo conteúdo deve buscar trazer para a sala temas pertinentes e tentar adaptá-las ao conteúdo que pretende ministrar, para poder suscitar a curiosidade dos seus alunos.

2 - Conhecer o ambiente, um professor nunca vai conseguir a atenção de uma sala sem a conhecer. (op cit, s/d)

Deve saber onde moram os alunos e como eles vivem, seus interesses, suas dificuldades, suas preferências para poder saber como o pode motivá-los.

3 – Simplificar, uma das regras de ouro de uma boa aula é a simplificação, tanto na linguagem como na escrita. Todavia, escrever e falar da maneira mais simples possível não significa suavizar a matéria ou deixar de mencionar conceitos potencialmente “difíceis”. Use e abuse de exemplos e analogias. Divida a informação em blocos curtos, para que seja melhor assimilada. (op cit, s/d)

4 - Colocar emoção, apoiar-se somente na matéria é uma forma garantida de falar para a parede, já que grande parte dos alunos estará prestando atenção em outra coisa. Treine seus gestos, conte histórias, movimente-se com naturalidade. Passe sua mensagem de forma interessante (op cit, s/d).

5- O aplaudir, louvar, o enaltecimento da parte do docente constitui um poderoso factor de motivação e uma importante estratégia para motivar e facilitar a aprendizagem (TAVARES, 1979);

6- Ser otimista, a sua transbordante alegria, facilmente contagia a turma, contribuindo para a criação de um clima salutar de bem-estar e confiança mútua, que são factores de motivação altamente positivos (op cit, 1979);

7- Levar para a sala a novidade, o imprevisto, a “incerteza sobre o próximo momento”, o que implica que o professor seja excepcionalmente criativo, suscitando a curiosidade da turma, colocando-a em ininterrupta situação de expectativa (op cit, 1979);

8- Usar os Jogos como estratégias de aprendizagens, sempre adequando-os aos conteúdos que se pretendem ministrar, visto que, os jogos surgem como uma das possíveis estratégias para facilitar a aprendizagem e torná-la cada vez mais significativa, que é o que se pretende na educação. Alias, muitos autores salientam a importância dos jogos no processo de ensino e de aprendizagem. (ANTUNES, 2003).

Para Antunes (2003), o jogo é o mais eficiente meio estimulador das inteligências, permitindo que o indivíduo realize tudo que deseja. Quando joga, passa a viver quem quer ser, organiza o que quer organizar, e decide sem limitações. Pode ser grande, livre, e na aceitação das regras pode ter seus impulsos controlados. Brincando dentro de seu espaço, envolve-se com a fantasia, estabelecendo uma ponte entre o inconsciente e o real. Antunes (2003), entende jogo como sendo toda e qualquer atividade que impõe desafios, seja, por exemplo, um jogar com as palavras através de uma conversa, de uma pergunta, de um olhar, enfim, desde que o outro esteja

estimulado. O jogo, em si próprio, precisa trazer os segredos e respostas para que se desvendem os enigmas da vida.

Contudo, o uso de jogos não devem ser encarrados como um divertimento, facultado pelos professores aos alunos. A este propósito, Machado (1998), afirma que “nem sempre jogo significa actividade lúdica”. O jogo, para ser lúdico, precisa gerar uma tensão positiva suficiente para não prejudicar o aprendizado do aluno, tem de levar à acção e não à frustração. A eficiência maior dos jogos, está mais na figura do professor do que dos jogos em si. Aposta no lúdico, no jogo, porém com o objectivo principal de estimular os alunos a serem pensadores, questionadores, e não repetidores de informação. É, sobretudo, saber “valorizar mais a pessoa que erra do que o erro da pessoa”.

Para além destes, com base em suas concepções sobre o tema Brophy (1998), apresenta o conjunto de estratégias dividindo-as em quatro grupos, conforme os objectivos mais amplos a que se destinam que podem ser usadas por professores, em sala de aula, para favorecer a motivação para aprender de seus alunos.

O primeiro destes grupos tem por finalidade apoiar ou favorecer a confiança dos estudantes como aprendizes. Incluem-se neste grupo, por exemplo, estratégias para ajudá-los a definir metas, avaliar seu progresso, reconhecer a ligação entre esforço e resultado e utilizar preferencialmente feedback informativo, em vez de notas ou outros sistemas de comparações entre alunos.

Brophy (1998) também considera a importância da utilização dos incentivos extrínsecos sobre a motivação para aprender e, por isso, o segundo grupo de estratégias que propõe se baseia na sua utilização. Neste caso, sugere: elogiar e recompensar os alunos ao atingirem níveis de desempenho baseados em padrões de melhoria, chamar a atenção para o valor instrumental do aprendizado e usar a competição, sob certas condições.

O terceiro grupo de estratégias proposto por este autor concerne à capitalização da motivação intrínseca do estudante. Para tanto sugere, por exemplo: responder às necessidades de autonomia dos alunos, encorajando-os a agirem como aprendizes autónomos e levando-os a fazer suas próprias escolhas; responder às suas necessidades de competência; adaptar actividades académicas aos interesses dos alunos; incluir elementos novos, variados e lúdicos; promover oportunidades de colaborarem com colegas.

Por fim, o quarto e maior grupo de estratégias é o que Brophy (1998) chama de estratégias para estimular a motivação do estudante para aprender. Sem prejuízo das anteriores, deu particular ênfase a este último conjunto porque, segundo ele, tais estratégias têm sido relativamente negligenciadas na literatura actual sobre motivação em sala de aula, não obstante o facto de serem as únicas que estimulam directamente o tipo de envolvimento mais relevante com o conteúdo da aprendizagem, que constitui o ponto central da motivação para aprender. Ora, como também afirma, as estratégias para estimular a motivação do estudante para aprender aplicam-se não somente ao desempenho (fazer provas e verificações), mas também, e em primeiro lugar, às estratégias de processamento de informação que utilizam para aprender conteúdos e habilidades: fazer tarefas, ler para compreender, entender explicações, colocar as coisas em suas próprias palavras (BROPHY, 1998).

Ao analisarmos a proposta de Brophy (1998), podemos salientar que se trata de estratégias que os professores ou educadores não devem utilizá-las de forma isoladas, ou seja há como que uma complementaridade entre elas.

Contudo, o docente deve ter em mente também que dado a diversidade e heterogeneidade dos alunos numa turma, para cada aluno ou cada grupo de alunos necessita de usar estratégias que se adequam com as necessidades motivacionais, visto que um aluno ou um grupo de alunos tidos como “brilhantes” podem por exemplo não precisar que o professor os motive permanentemente para a segunda estratégia apontada por este autor, não precisam de serem elogiados e recompensados por terem atingido níveis de desempenho baseados em padrões de melhoria de uma forma constante (exagerada), porque já estão habituados a realizarem as suas tarefas com êxitos, ao passo que os tidos como “fracos” ao realizarem uma tarefa com sucesso, torna-se como que uma “obrigação” para o professor, elogiá-los, recompensá-los, porque não são muitas as vezes que terminam uma tarefa com sucesso.

Em suma, queremos ressaltar que apresentamos algumas estratégias dentro de muitas outras que da mesma forma que estas, se forem bem usadas podem contribuir para motivar ou aumentar a motivação dos alunos.

III – Capítulo – Análise e discussão dos dados

1. Estudo de caso

No presente capítulo, pretendemos apresentar os métodos, as técnicas e as estratégias adoptadas para levar a cabo esse trabalho de investigação, dados os objectivos a que nós propusemos e escassez de estudos neste campo, designadamente em Cabo Verde.

Todavia, concebe-se este estudo a princípio, como sendo uma *pesquisa qualitativa empírica*, por tratar-se de uma intervenção prática, mesmo que em pequena escala, no mundo real. Porém, já de pronto define-se tratar de um estudo de caso, por percebê-lo, seguindo o proposto por Yin “ o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenómeno actual dentro do seu contexto de vida-real, onde as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas” (YIN, 1990).

Segundo Neto (2002) o estudo de caso deve relacionar-se com uma vontade e com a identificação com o tema a ser estudado. Trata-se de uma metodologia que recorre a diversas técnicas de recolha de informação, com a finalidade de reunir um vasto número de informações, de forma mais pormenorizada possível e com vista a abranger a totalidade da situação em estudo. Ainda Neto (2002) destaca, de entre as diversas formas de abordagem do trabalho no estudo de caso, a entrevista e a observação participante, por se tratarem de importantes componentes da realidade da pesquisa qualitativa. Através das entrevistas, que pode ser de natureza colectiva ou individual, o investigador busca obter informações contidos na fala dos actores sociais. Já a técnica de observação participativa concebe-se através do contacto directo do pesquisador com o fenómeno observado para obter informações sobre a realidade dos actores sociais em seus próprios contextos.

1.1. Recolha e tratamento da informação

Para o presente estudo usamos o método qualitativo por ser o mais aconselhado para o estudo de caso e para o tratamento do tema em análise. “Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenómeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto

social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas de sistemas” (LIEBSCHER, 1998).

1. 2. Instrumentos para a Colecta de Dados

Para a colecta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionários, e Observações de campo, que serão descritas a seguir.

a) Questionários

A modalidade de questionário, utilizada foi estruturada e podemos dizer que, em geral, partiu-se de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que oferecem um amplo campo de interrogativas.

A utilização dos questionários teve como propósito, obter informações que proporcionassem evidências sobre o nosso estudo. Em dia e horários previamente estabelecidos, comparecemos ao local combinado para a aplicação dos mesmos aos professores e aos alunos da referida escola.

Salienta-se que em algumas situações prestamos as informações necessárias para uma melhor compreensão das questões do questionário, uma vez que esta foi preenchida em nossa presença.

b) Observações de campo

Refere-se que, para além da aplicação do questionário, como professor estagiário, podemos observar de perto e perceber a importância da motivação na sala de aula, uma vez que assistimos durante o desenrolar do estágio, para além das aulas dadas por nós, cerca de cinquenta a sessenta aulas aproximadamente no liceu Domingos Ramos e cerca de dez aulas na escola alvo, nas turmas do 9º e 10º ano de escolaridade, por ser o ciclo onde os alunos apresentam maiores dificuldades em relação a disciplina em causa e conseqüentemente maior número de reprovações.

As observações decorreram durante um ano lectivo (Outubro de 2008 a Julho de 2009), com anotações detalhadas de todas as situações da vivência nesse contexto, e o registo, com riqueza de detalhes, possibilitou a análise mais apurada possível nas situações observadas. Durante todo o período da nossa permanência na sala de aula,

tivemos uma postura de intervenção, isto porque coincidiu com o período de estágio pedagógico como já tínhamos realçado anteriormente.

Após as observações realizadas, os dados levantados foram confrontados e analisados.

2. Caracterização da Escola Secundária de S. Domingos

2.1 Breve historial da escola

A actual escola secundária Fulgêncio Tavares situa-se na freguesia de S. Nicolau Tolentino, concelho de S. Domingos. Iniciou as suas funções lectivas nas instalações do ex-ciclo preparatório da localidade de Cutelo Branco.

No seu primeiro ano de funcionamento, iniciado no ano lectivo de 1994/1995, funcionou com doze (12) professores e apenas seis (6) salas de aulas, sendo quatro (4) turmas do primeiro ano e duas do segundo ano do curso geral, respectivamente.

Nesse ano foram leccionadas somente o antigo primeiro ano do curso geral com alunos que terminaram a sexta classe no concelho e o antigo segundo ano do mesmo curso, (ex. quarto ano) com alunos que frequentaram o primeiro ano do referido curso na Praia, no Liceu Domingos Ramos. Posteriormente, foram leccionadas o ex-terceiro ano do curso geral e o ex-primeiro ano do curso complementar. A partir daí, terminando o sexto ano (o actual décimo ano), os alunos teriam que continuar os seus estudos no Liceu Domingos Ramos.

Todavia, nos primeiros anos do ensino secundário em S. Domingos, as actividades concentravam-se na organização dos processos dos alunos cujos dossiers vieram sobretudo, do Liceu Domingos Ramos, pois, funcionava como pólo satélite do liceu em apreço, em que o indício esta patente até hoje no uniforme que se usa na escola secundária Fulgêncio Tavares.

A escola em análise permaneceu na localidade de Cutelo Branco, até o ano lectivo 2000/2001. Nesse mesmo ano, essa escola foi transferida para um novo edifício na localidade de Neta Gomes – “Fornadjona”, cuja construção se iniciou no ano de 1998, contando com o financiamento do Governo de Cabo Verde, da Cooperação Suíça e Câmara Municipal de S. Domingos, sob a fiscalização do Ministério das Infra-estruturas e transportes (MIT).

A primeira parte do edifício, ou melhor o bloco B, foi inaugurada a vinte e dois do mês de Março pelo Ministro de Educação e Desportos, Dr. Victor Borges, com a presença do representante da cooperação Suíça. Enquanto o bloco A que não foi

construída nessa altura, começou por ser construída a partir do ano de 2002/2003 e, apesar de já se encontrar em funcionamento, ainda não foi inaugurada.

2.2. Caracterização do espaço Físico

A escola secundária Fulgêncio Tavares é formada por dois blocos, sendo um de três pisos e outro de dois pisos, ambos os blocos encontram-se em funcionamento.

A referida escola possui, para além de várias salas de aulas, uma sala de professores, uma de informática e uma biblioteca. Possui também um número considerável de casas de banhos, uma placa desportiva, um laboratório equipado e uma cantina com um espaço adequado. Não possui uma reprografia, mas sim uma fotocopiadora na secretaria do mesmo.

2.3. Caracterização do corpo docente

A escola secundária Fulgêncio Tavares conta actualmente com muitos professores, sendo que 12 são professores de língua portuguesa segundo a ficha de estatísticas do corpo docente do início do ano lectivo 2008/2009.

A maior parte dos professores são natural do concelho de S. Domingos, sendo os restantes dos concelhos da Paria, Santa Cruz, Tarrafal, Calheta de S. Miguel, São Lourenço dos Órgãos, S. Vicente, e de outras ilhas e ainda outros de nacionalidade portuguesa.

A idade dos docentes está compreendida entre os 25 a 55 anos de idade.

Quadro 1 – Distribuição dos docentes da disciplina de língua portuguesa por habilitação literária.

Habilitação literária	Área de formação	
	Via ensino	Outros
Bacharelato	2	-----
Frequenta o curso de Licenciatura	1	-----
Licenciatura	9	-----
Mestrado	-----	-----

No que tange a habilitação literária, pode-se dizer que (1) 8% estão a frequentar o curso de licenciatura, (2) 17% têm bacharelato, têm licenciatura e (9) 75% têm mestrado.

2.4. Caracterização do corpo discente

Pode-se afirmar que se trata de uma escola de dimensão média, uma vez que possui mais de 1800 e menos de 2000 alunos. Estes alunos são oriundos das mais diversas localidades do concelho de S. Domingos e ainda dos concelhos da Praia e S. Lourenço dos Órgãos.

Ainda segundo dados recolhidos na escola (boletins de matrícula) a maior parte dos alunos são filhos de agricultores, pescadores ou comerciantes de baixas qualificações académicas e de fracos rendimentos.

2.5. Caracterização da amostra

A amostra foi recolhida na Escola Secundária Fulgêncio Tavares em S. Domingos, escola onde se fez o estudo de caso.

Nesta escola, aplicamos um questionário elaborado por nós a todos os professores de língua portuguesa (12 professores, sendo (3) 25% do sexo masculino e (9) 75% de sexo feminino), também em forma de conversa informal entrevistou-se o subdirector pedagógico e o director da escola em apreço, bem como alguns funcionários mais antigos da escola.

3. Metodologia utilizada

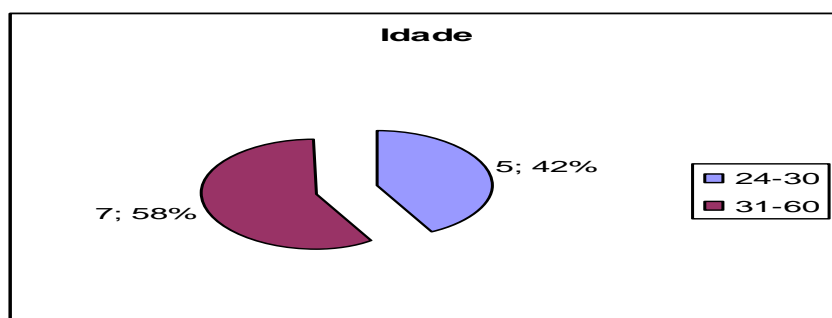
O presente trabalho teve como opções metodológicas: a selecção de bibliografias relevantes, aplicação de questionários aos professores da escola secundária de São Domingos, e entrevistas ao director da escola e ao subdirector pedagógico. Com o intento de perceber a importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa e ainda verificar quais os mecanismos que poderão ajudar no processo de incentivação ou motivação dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da língua em apreço. Também assistimos cerca de 10 aulas da disciplina de língua portuguesa na escola secundária em análise, sendo que assistimos duas aulas em cada ciclo.

IV – Capítulo – Análise e discussão dos dados

1. Apresentação, análise e discussão dos dados referentes aos professores

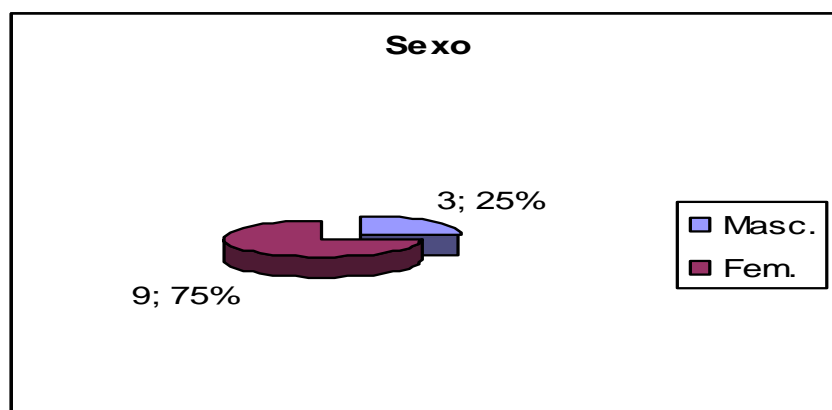
Dados de Identificação

Gráfico n° 1 – Variável Idade



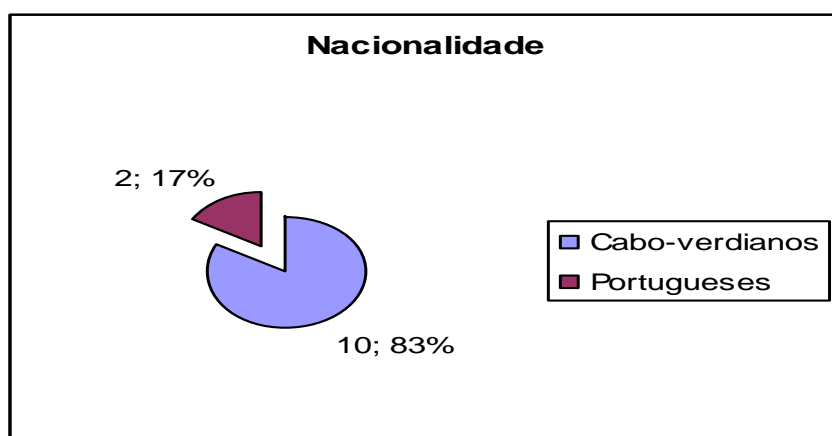
No que se refere a variável idade pode-se constatar que a escola em apreço apresenta uma percentagem razoável de professores jovens (5) 42% e de professores mais experientes (7) 58%. O que constitui sempre uma mais valia para o processo de ensino e de aprendizagem. Podemos mesmos falar aqui de um casamento “perfeito” entre a juventude e a experiência. Contudo, para que desse casamento nasça frutos ou resulte em aspectos positivos não se deve colocá-los de forma afastada uma das outras, mas sim em perfeita sintonia. A escola deve promover encontros de trocas de experiências entre a inovação e a experiência e com isso os alunos serão os maiores beneficiários.

Gráfico n° 2 – Variável Sexo



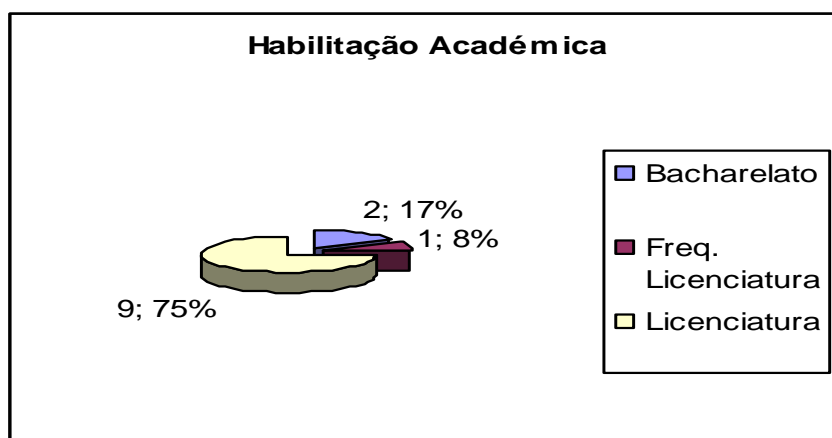
Em relação a variável sexo verifica-se que a escola apresenta uma percentagem considerável de professores do sexo feminino, (9) 75% e apenas (3) 25% dos professores do sexo masculino. O que nos faz considerar que se trata de uma profissão dominada pelas mulheres.

Gráfico nº 3 – Variável Nacionalidade

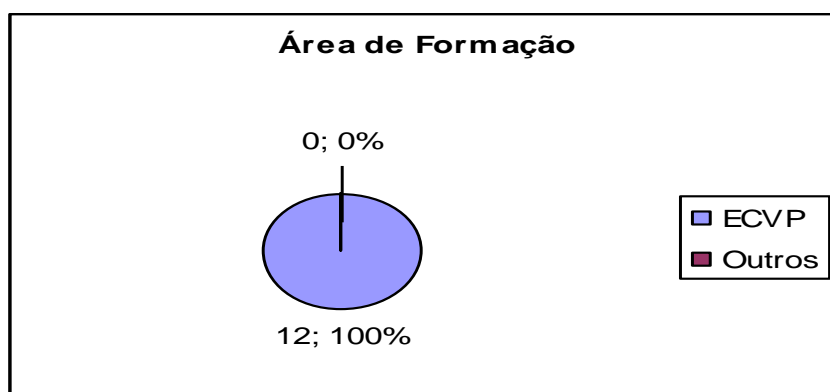


No que tange a nacionalidade nota-se que boa parte dos professores são cabo-verdianos, cerca de (10) 83% e apenas (2) 17% são portugueses.

Gráfico nº 4 – Variável Habilitação Académica



Em relação a Habilitação Académica devemos realçar que praticamente todos os professores da escola em análise são qualificados para o efeito. Cerca de (9) 75% são licenciados (2) 17% possuem bacharelato e apenas (1) 8% dos professores estão a frequentar o curso de licenciatura.

Gráfico nº 5 – Variável Área de Formação

Um facto de se registar é que todos os professores de língua portuguesa da escola em análise são formados em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, via ensino, o que constitui sempre uma mais valia para o processo de ensino e de aprendizagem, uma vez terão a componente pedagógica e didáctico que constitui certamente um factor de relevo para a eficiência e eficácia do processo de ensino e de aprendizagem em geral, e no da língua portuguesa em particular.

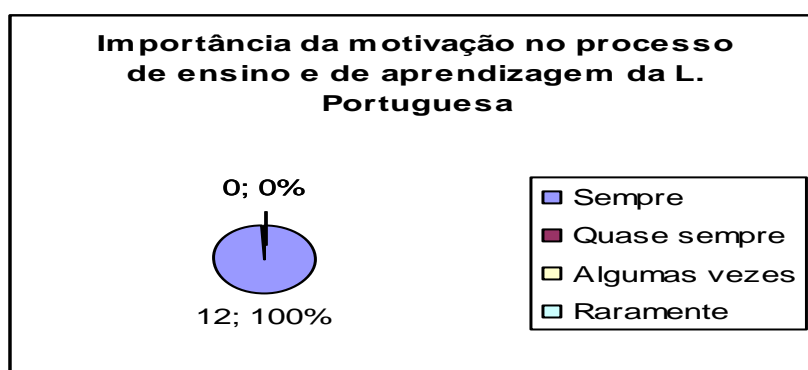
Dados de opinião

No que se refere a primeira pergunta, os professores responderam que a motivação significa:

- Uma predisposição para o processo de ensino e de aprendizagem;
- Aceitar ou fazer qualquer coisa em benefício próprio ou para os outros;
- Preparação para a aprendizagem;
- Acto de motivar ou de despertar o interesse nos alunos para a disciplina, para a aula, levando-os a participar e empenhar na sua própria realização pessoal;
- É um factor psicológico que leva os alunos a se sentirem conduzidos a determinados assuntos, consciente ou não;
- É estimular a curiosidade dos alunos;
- Despertar a vontade de aprender e de querer saber mais e tornar as aulas participativas, activas, dinâmicas e interessantes;
- É um processo que consiste em levantar a auto estima dos alunos (no contexto sala de aula);
- Incentivar os alunos, prepará-los e orientá-los para aula;
- Actividade ou estratégia que o professor usa para pré-dispor a turma.

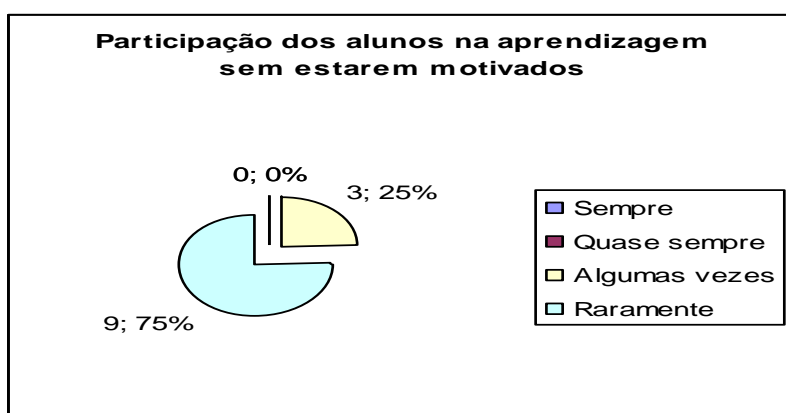
No que se refere ao conceito de motivação na perspectiva dos professores, podemos verificar que todos, (12) 100% dos mesmos apresentaram uma conceitualização muito próxima do que os estudiosos do tema da motivação apresentaram. Todas definições apresentadas vão no sentido de levar a pessoa a agir em prol da obtenção de algo, ou melhor ao alcance de um determinado objectivo.

Gráfico nº 6 – Importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa



Dos (12) 100% professores entrevistados, todos consideram que a motivação é sempre importante para o processo de ensino e de aprendizagem, o que demonstra que os mesmos têm a consciência do papel que a mesma tem no ensino e na aprendizagem. Por isso devemos enveredar todos os esforços no sentido de promovê-la na sala de aula e por que não fora dela.

Gráfico nº 7 – Participação dos alunos no processo de ensino e de aprendizagem sem estarem motivados para tal



Dos (12) 100% professores entrevistados, (3) 25% acreditam que algumas vezes os alunos participam na construção dos seus conhecimentos quando não estão

motivados para tal, e (9) 75% acreditam que isso raramente acontece. Em relação a estes dados, podemos ver que apesar de todos os professores considerarem que a motivação é sempre importante no processo de ensino e de aprendizagem, alguns acreditam que os alunos podem participar no referido processo sem estarem motivados para tal, o que nos leva a realçar que tais professores concebem a motivação apenas do ponto de vista intrínseco, visto que quando uma pessoa direcciona o seu comportamento em direcção a algo, ela está motivado intrínseca ou extrinsecamente, pode agir de determinada maneira para evitar punição, receber recompensa ou pela actividade em si.

Quadro nº 2 – Factores que podem provocar a desmotivação nos alunos

Nº de professores	Opção	Percentagem
12	1	(3) 25%
	2	(9) 75%
	3	(10) 83%
	4	(6) 50%
	5	(11) 91%
	6	(6) 50 %
	7	(6) 50%
Total	-----	(12) 100%

Em relação aos factores que podem provocar a desmotivação nos alunos (3) 25% acham que percorrer longa distância a pé para ir a escola, (9) 75% consideram que a baixa auto-estima pode desmotivar os alunos, (10) 83% pensam que um mau relacionamento com o professor pode provocar a desmotivação nos alunos, (6) 50% acreditam que a falta de apoio dos pais podem desmotivar os alunos, (11) 91% consideram que dificuldades em compreender os conteúdos podem desmotivá-los, (6) 50 % pensam que ir para as aulas com fome pode desmotivá-los e (6) 50 % acreditam que a falta de materiais didácticos necessários podem provocar a desmotivação no alunos. Aqui podemos verificar que um mau relacionamento professor – alunos e entre estes e os pais são apontados como fortes factores que podem provocar a desmotivação nos alunos, em contrapartida um bom relacionamento entre professores e alunos e entre pais e alunos é sem dúvida um aspecto que poderá motivar e de que maneira os alunos.

Aqui a semelhança do que falamos anteriormente, constata-se a grandeza da responsabilidade do professor que terá que buscar as melhores estratégias para fazer com os alunos compreendam os conteúdos e manter com eles uma relação benéfica para ambos os lados.

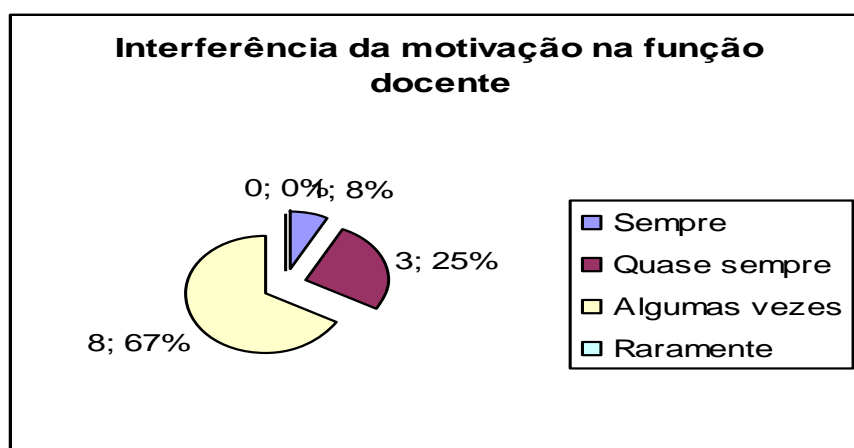
Quadro nº 3 – Mecanismos utilizados pelos professores para motivar os alunos

Nº de professores	Opção	Percentagem
12	1	(9) 75%
	2	(9) 75%
	3	(6) 50%
	4	(3) 25%
	5	(7) 58%
	6	(6) 50 %
	7	(4) 33%
	8	(12) 100%
Total	-----	(12) 100%

Em relação aos os recursos ou mecanismos que utiliza para motivar os seus alunos, dos (12) 100% de professores entrevistados, cerca de (9) 75% falam com os seus alunos abertamente; (9) 75% explicam aos mesmos a importância da disciplina;

(6) 50% procuram estabelecer empatia com os seus alunos; (3) 25% falam com os seus pais; (7) 58% atribuem-lhes tarefas de acordo com os seus níveis de desenvolvimento; (6) 50 % brincam com eles, contando-lhes anedotas, adivinhas, entre outros; (4) 33% usam a técnica do reforço e (12) 100% na exposição de conteúdos, usam métodos activos (estratégias lúdicas, trabalhos de grupo, dinâmica de grupo, dramatização). Podemos salientar aqui que todos os mecanismos apontados pelos professores e possivelmente outras não apresentadas se forem bem usadas favorecem a motivação para a aprendizagem

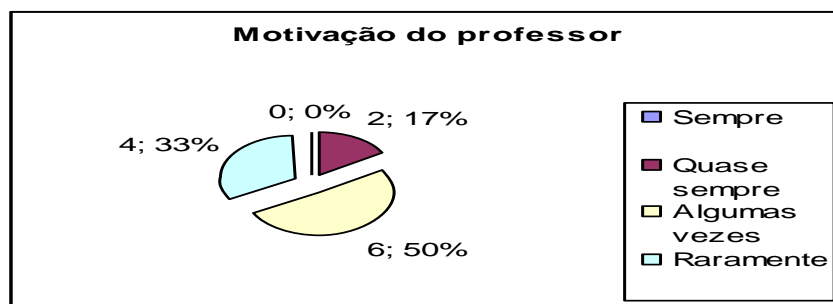
Gráfico nº 8 – Interferência da motivação na função docente



Segundo Tavares (1979), “Apenas a motivação permanente ou total poderá dar vida, naturalidade e voluntariedade às nossas aulas”. Isso significa que todos os professores devem preocupar-se em motivar e incentivar os seus alunos antes, durante e

possivelmente depois das aulas. Porém, dos (12) 100% de professores entrevistados, cerca de (8) 66% acreditam que a motivação sempre interfere no exercício da função docente na sala de aula; (2) 17% acham que a motivação quase sempre interfere na mesma e (2) 17% pensam que algumas vezes a motivação tem essa interferência.

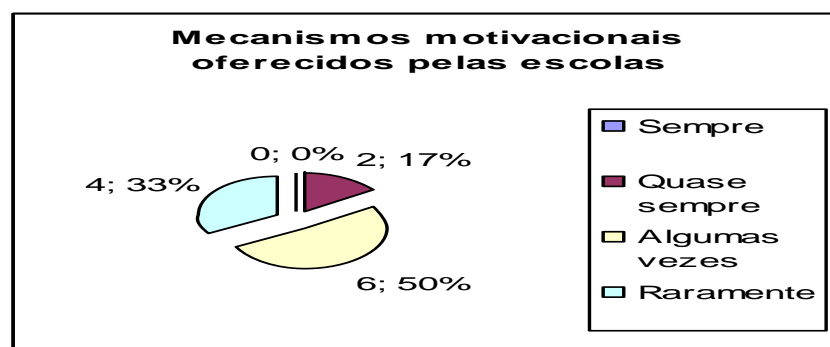
Gráfico nº 9 – A interferência da motivação do professor na aprendizagem do aluno



No que tange ao resultado da aprendizagem, (4) 33% salientam que sempre com um professor motivado, o aluno terá um melhor resultado na aprendizagem e (8) 67% acreditam que quase sempre que se tem um professor motivado, como consequência o aluno terá um resultado mais satisfatório na aprendizagem.

Assim sendo, podemos referir que quando temos professores motivados, entusiasmados tanto na sala de aula como fora dela, ou seja professores sempre bem-dispostos, enérgicos, calorosos, poderá estimular, animar ou motivar com maior facilidade os seus alunos para um método de ensino e de aprendizagem seguro. Por outro lado, professores desanimados, descomprometidos ou indiferentes terão presumivelmente alunos igualmente desmotivados e apáticos como a se realizou antes.

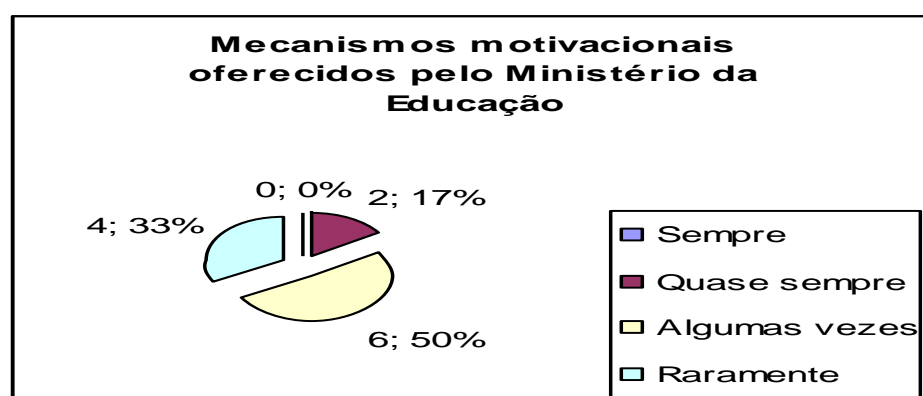
Gráfico nº 10 – Mecanismos motivacionais oferecidos pelas escolas



No que se refere as condições que as nossas escolas oferecem no sentido de motivar os professores de Língua Portuguesa a desempenharem da melhor forma

possível o seu papel, (8) 67% dos entrevistados pensam que quase sempre as nossas escolas oferecem as condições necessárias para motivar os professores de língua portuguesa; (3) 25% realçam que isso algumas vezes acontece e (1) 8% destacam que isso raramente acontece. Constata-se, a partir destes dados que as nossas escolas oferecem em muitas casos condições favoráveis a motivação dos professores, o que certamente interfere positivamente no comprimento da tarefa dos professores.

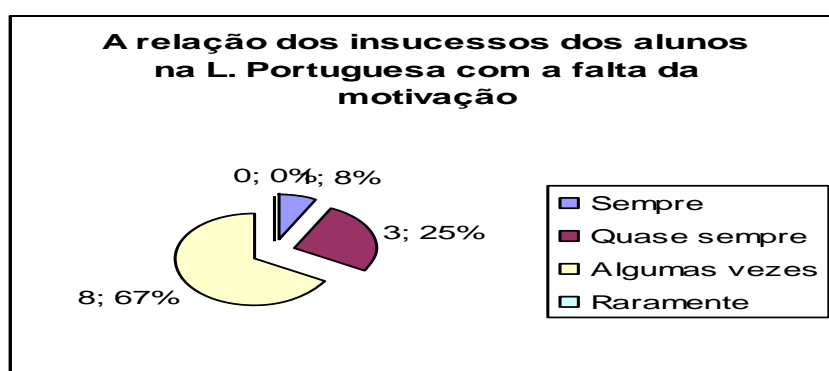
Gráfico nº 11 – As condições que o Ministério da educação tem oferecido no sentido de motivar e incentivar os professores



No que concerne ao Ministério da Educação (2) 17% salientam que este tem incentivado ou motivado, os professores, para que estes se sintam estimulados a desempenharem as suas funções com zelo e dedicação; (6) 50% acreditam que algumas vezes isso acontece e (4) 33% realçam que isso raramente acontece.

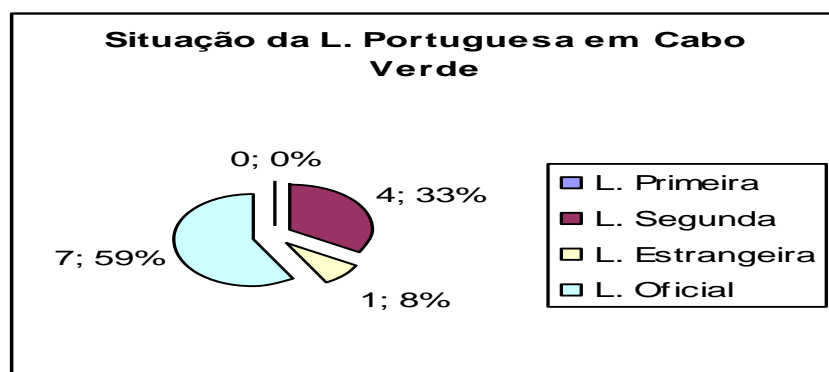
Podemos salientar que estes dados devem ser motivos de preocupação por parte do Ministério da Educação, uma vez que para conseguirem desenvolver da melhor forma possível a sua tarefa o professor deve sentir-se estimulado ou motivado.

Gráfico nº 12 – A relação dos insucessos dos alunos na L. Portuguesa com a falta da motivação



Em relação ao insucesso dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa (1) 8% ressaltam que tem a ver com a falta de motivação dos mesmos; (3) 25% realçam que quase sempre tem que ver com isso e (8) 67% acreditam que raramente tem a ver com a falta da motivação, apesar de terem realçado que a motivação é sempre importante. Todavia, pensamos que o insucesso dos alunos na disciplina de língua portuguesa pode sim, estar relacionada com a motivação, por é esta que faz com que os alunos empenhem no sentido de alcançar os objectivos estabelecidos por eles e pelos próprios professores.

Gráfico nº13 – Situação actual da Língua portuguesa em Cabo Verde na perspectiva dos professores de português



No que se refere a situação actual da Língua Portuguesa em Cabo Verde, (3) 25% acham que se trata de um língua segunda; (1) 8% consideram que é uma língua estrangeira e (5) 41% que é uma língua oficial.

Quadro nº 4 – Para que servem as aulas de Língua portuguesa

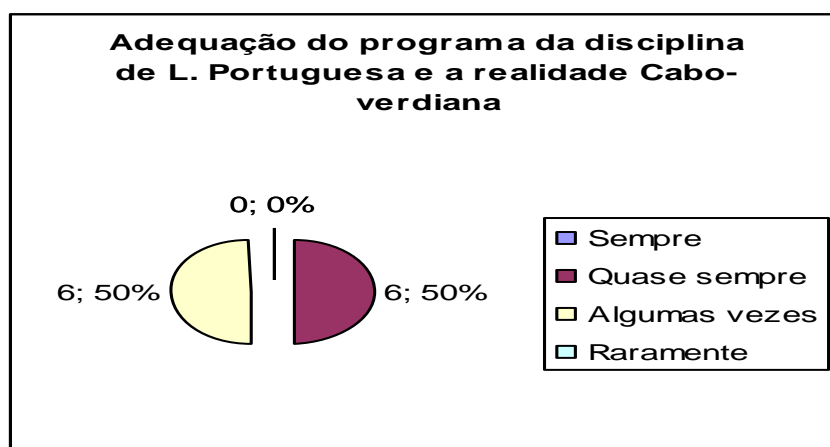
Nº de professores	Opção	Percentagem
12	1	(11) 92%
	2	(9) 75%
	3	(9) 75%
	4	(3) 25%
	5	(4) 33%
	6	-----
Total	-----	(12) 100%

Dos (12) 100% professores entrevistados (11) 92% ressaltam que as aulas de língua portuguesa servem para falar melhor; (9) 75% acreditam que servem para alargar o gosto pela leitura; (9) 75% acham que servem

para compreender melhor a linguagem dos meios de comunicação social (rádio,

televisão, jornais, ...); (3) 25% salientam que servem para compreender melhor os espectáculos de teatro ou de cinema; (4) 33% acham que servem para escrever bem esta língua.

Gráfico nº 1 4 – Adequação do programa da disciplina de língua portuguesa a realidade Cabo-verdiana



No que concerne aos conteúdos programáticos da disciplina de língua portuguesa, (6) 50% consideram que os mesmos adequam à realidade Cabo-verdiana e (6) 50% acham que algumas vezes os mesmos ajustam a nossa realidade. Pensamos ser oportuno realçar aqui a necessidade de ministrar nas aulas de língua portuguesa conteúdos em relação aos quais os alunos se identifiquem, para assim se sentirem mais interessados em aprendê-los.

Quadro nº5 – Motivo da escolha da profissão (professor)

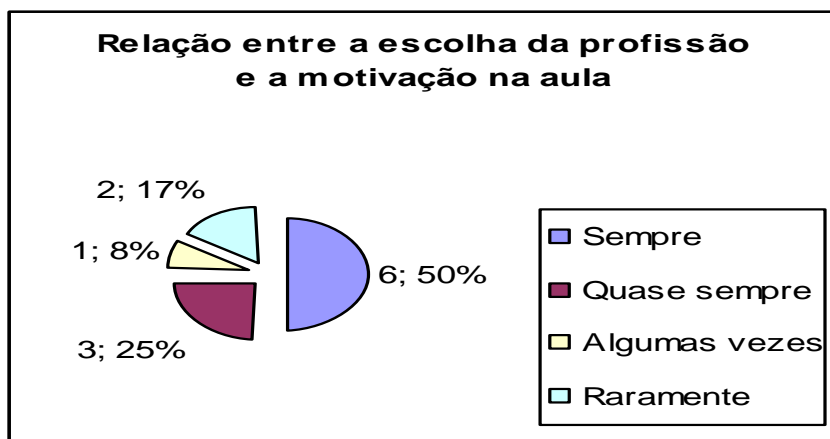
Nº de professores	Opção	Percentagem
12	1	(10) 84%
	2	(1) 8%
	3	-----
	4	(1) 8%
Total	----- ----	(12) 100%

No que tange a profissão, (10) 84% escolheram esta profissão porque gosta de ser professor; (1) 8% enveredaram por esta profissão porque não tinha outra escolha e (1) 8% porque gostavam muito dos meus professores. Consideramos que para uma pessoa ser professor

de língua portuguesa tem de ter a consciência da importância que a mesma tem no seio

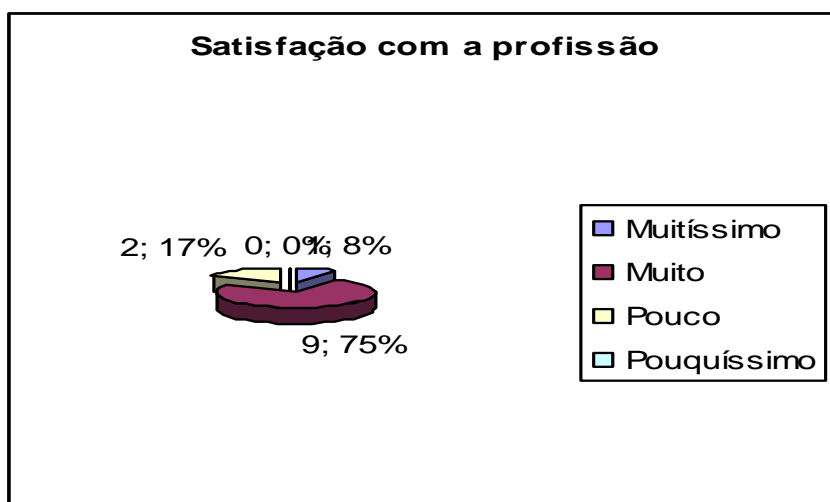
da sociedade Cabo-verdiana, para assim poder explicar esta importância aos seus alunos.

Gráfico nº1 5 – A relação entre a escolha da profissão e a motivação do professor na aula



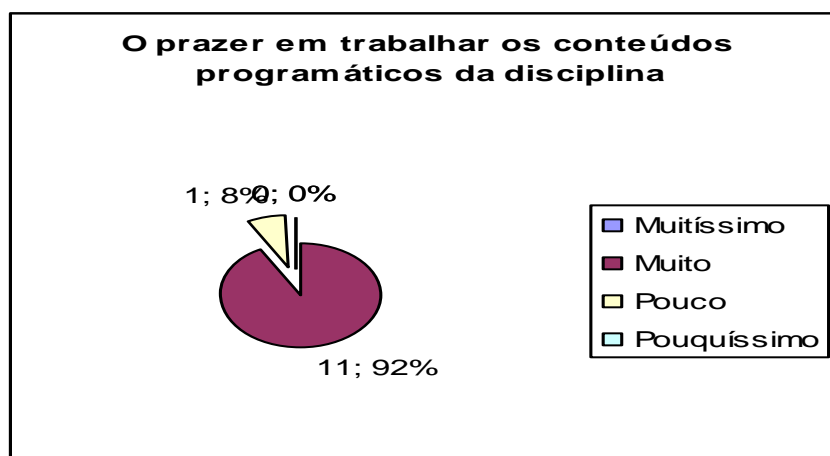
Dos (12) 100% professores entrevistados (6) 50% afirmam que esta escolha esta sempre relacionada com a sua motivação na sala de aula; (3) 25% asseguram que quase sempre; (1) 8% declaram que algumas vezes isso acontece e (2) 17% acreditam que isso raramente isso acontece.

Gráfico nº 1 6 – Satisfação dos professores de Língua portuguesa com a profissão



No que concerne a satisfação com a profissão, (1) 8% dos professores estão muitíssimo satisfeitos; (9) 75% estão muito satisfeitos e (2) 17% dos professores estão pouco satisfeitos com a mesma. Há eu ressaltar aqui a necessidade das entidades competente criarem condições no sentido de motivar os professores.

Gráfico nº 17 – O prazer em trabalhar todos os conteúdos programáticos da disciplina com os alunos



Dos (12) 100% professores entrevistados (11) 92% dos professores gostam muito de trabalhar todos os conteúdos programáticos da disciplina com os seus alunos e (1) 8% gostam de trabalhar poucos conteúdos programáticos com os mesmos.

Quadro nº6 – Actividades que os professores desenvolvem ou gostariam de desenvolver com as suas turmas

Nº de professores	Opção	Percentagem
12	1	(7) 58%
	2	(7) 58%
	3	(9) 75%
	4	(9) 75%
	5	(5) 41%
	6	-----
Total	-----	(12) 100%

Em relação a actividades que os professores desenvolvem ou gostariam de desenvolver com as suas turmas, (7) 58% gostam de iniciar correspondência com alunos de outras escolas; (7) 58% fazer o

jornal de turma; (9) 75% fazer jornal de turma; (9) 75% organizar e animar uma biblioteca de turma e (5) 41% realizar uma visita de estudo.

Quadro nº7 – Outras questões que os professores gostariam de abordar

Nº de professores	Opção	Percentagem
12	Sim	(1) 8%
	Não	(11) 92%
Total	-----	(12) 100%

No que se refere as outras questões que os professores gostariam de abordar, apenas (1) 8% manifestou a sua intenção de ver a preparação dos manuais adequados aos diferentes concelhos

Conclusão

Em forma de conclusão, podemos salientar que a motivação deve merecer especial atenção e ser muito bem considerada pelos envolventes no processo de ensino e de aprendizagem de uma forma geral e da língua portuguesa em particular (Ministério de Educação, Delegações do Ministério de Educação, Escolas Secundárias, Professores, Alunos e porque não os próprios pais ou encarregados de Educação).

Contudo, torna-se conveniente realçar que a grande preocupação não deve residir em adoptar estratégias que motivem as pessoas, mas principalmente criar um ambiente de estudo no qual os alunos e os professores, possam manter aquela motivação que levaram para a escola nos primeiros dias de aulas, visto que nos primeiros dias de aulas, alunos e professores, pelo menos uma boa parte deles vão a escola muito entusiasmados com o novo ano lectivo, mas com o decorrer do tempo muitos parecem ter perdido a motivação que levaram nessa altura para a escola.

Constatou-se também que é importante que os professores sejam professores-educadores com um amadurecimento intelectual, emocional e comunicacional capaz de facilitar todo o processo de organização da aprendizagem. Pessoas abertas, sensíveis, humanas, que valorizem mais a busca, a procura em detrimento do resultado pronto, o estímulo em vez da repreensão (principalmente quando desnecessária), o apoio em detrimento da crítica desapropriada, capazes de estabelecer formas democráticas de pesquisa e de comunicação.

Verificou-se ainda que, são três os conceitos básicos para se obter altos desempenhos, no que concerne ao processo de ensino e aprendizagem, quando se pretende que tal processo ocorra numa situação de muita motivação por parte dos envolventes no mesmo: em primeiro lugar deve-se ter o conhecimento da motivação humana, segundo capacitar as pessoas no sentido de lidarem da melhor forma possível com esta complexa e desafiante temática que é a motivação humana, e por ultimo, mas não menos importante, dar oportunidades e desafios para que tanto os professores como os alunos possam aplicar suas habilidades.

Tudo se transforma num ciclo em que se soma a capacidade individual dos professores e dos alunos e o suporte organizacional, a forma com organizam o processo de ensino e de aprendizagem são motivados a partir do momento que têm o

reconhecimento (pessoal) e a valorização dos seus trabalhos, ou seja, quanto mais equilibrado for esse jogo, melhor será o desempenho dos alunos e do professores.

Os professores devem concentrar toda a atenção sobre as atitudes e interesses dos alunos, que não podem ser tratados como simples receptores de informações e conhecimentos, mas sim, como colaboradores. Devem procurar orientar a aula com a cooperação, a participação espontânea e a boa vontade dos alunos. Respeita os alunos e crer neles. Conseguir a cooperação da turma pela sua competência, paciência, tolerância e honestidade. Não dar ordens, mas sim, tentar negociar, estimular em vez de ralhar.

Em enfim, só assim é possível os professores motivar ou manter os alunos motivados, usando sua autoridade sem autoritarismo.

Referências Bibliográficas

- ALTET. M. (2000), *Análise das Práticas dos Professores e das Situações Pedagógicas*, Porto Editora, Porto
- CAMPOS, Bártolo P. (coordenador), (1990), *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Volume I, Universidade Aberta, Lisboa
- CASTRO, Gabriela, CARVALHO, Magda (coordenação) (S/d), “A Criatividade na Educação”, Universidade dos Açores. Pag. 85-89
- CHARNEY, R. (1996), *Aprendendo com a resolução de problemas*. In CELIA Parra e IRMA Saiz (eds) *Didáctica da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas*. Artes Médicas-Porto Alegre.
- COELHO, Egídio Garcia, (2006), *Resenha Crítica apresentada à Disciplina de Psicologia Organizacional do Curso de Administração Bacharelado do Instituto do Saber de Ensino Superior*, Florianópolis.
- DUARTE, Dulce Almada, (1978), *A problemática da Utilização das Línguas Nacionais: Língua, nação, identidade cultural*, in Raízes, nº 5/6. Praia. Cabo Verde, Pag. 73.
- ESTEVES, P. T. (2000), *Psicossociologia*, 2ª Edição, Instituto de Formação Bancária, 2ª Edição, Lisboa, Pags. 3.17.
- FERREIRA, Manuel, (1988), *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?* Editor ALAC (África Literatura, Arte e Cultura Lda.) Pags. 18-19
- GALLISSON, R. COSTE, (1983), D. *Dicionário de Didáctica das Línguas* Livraria Almedina, Coimbra, Pags. 494-496
- HADYT, R. C. C. (S/d), *Curso de Didáctica Geral*. Editorial Ática, 7ª Edição, Série Educação.
- PIMENTA, M. L. (S/d), *Dimensões de Formação na Educação, Contributos para um Manual de Metodologia Geral*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERAFINI, M. T. (1994), *Como se faz um Trabalho Escolar*. Editorial Presença, 3ª Edição.
- TAVARES, António Henrique, (1979), *A Motivação na Escola Activa*, Madeira, Didáctica Editora, 1ª edição.
- HILGARD, E & MANUELA, Monteiro, (S/d), *Introdução à Psicologia*, Empresa Editora Nacional, Pag. 140-141.

- TEYSSIER, Paul. (1980), *Histoire de la Langue Portugaise*, Presses Universitaire de France, in colecção «Que sais-je?», Tradução Portuguesa de CUNHA Celso, (1997), *História da Língua Portuguesa*, Livraria Sá da Costa 7ª edição, Lisboa.
- <http://wwwscardoso@iep.uminho.pt> consultado em
- <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a05.pdf> consultado em 02/07/09
- [37722007000400007&script=sci_arttext&tlng=es](http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a05.pdf) consultado em 02/07/09
- <http://www.ite.edu.br/apostilas/Teoria%20de%20Campo%20de%20Lewin%2029.09.doc> consultado em 03/07/09
- <http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas/1625792> consultado em 03/07/09
- http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572002000200006 consultado em 02/06/09
- <http://www.profissaomestre.com.br/php/verMateria.php?cod=1063> consultado em 18/06/09

Anexo



Departamento de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses

QUESTIONÁRIO

(A ser aplicado aos professores de Língua Portuguesa da Escola Secundária de São Domingos)

Este questionário é elaborado no âmbito da realização do trabalho de Fim de Curso, com o intento de obtenção do grau de licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, cujo tema é **“A importância da motivação no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa”**. Este questionário consiste num trabalho meramente **pedagógico** e estritamente **sigiloso**.

Contamos com a sua valiosa contribuição.

OBS: Preencher com uma cruz nos quadros ao lado.

Dados de Identificação:

Idade	<input type="text"/>
Sexo	<input type="text"/>
Nacionalidade	<input type="text"/>
Habilitação Académica	<input type="text"/>
Área de Formação	<input type="text"/>

Dados de opinião:

1. Para si o que significa motivação?

.....

2. A motivação é importante no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Raramente

3. Os alunos participam na construção dos seus conhecimentos quando não estão motivados?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Algumas vezes

☐ Raramente

4. Quais são os factores que, a seu ver, podem provocar a desmotivação nos alunos?

☐ Percorrer longas distâncias a pé para ir à escola

☐ Baixa auto-estima

☐ Mau relacionamento com o professor

☐ Falta de apoio dos pais

☐ Dificuldade em compreender os conteúdos

☐ Ir para as aulas com fome

☐ Não possuir os materiais didácticos necessários

5. Quais os recursos ou mecanismos que utiliza para motivar os seus alunos?

☐ Falo com eles abertamente

☐ Explico-lhes a importância da disciplina

☐ Procuro estabelecer empatia

☐ Falo com os seus pais

☐ Atribuo-lhes tarefas de acordo com os seus níveis de desenvolvimento

☐ Brinco com eles, conto anedotas, adivinhas, etc.

☐ Reforço-lhes

☐ Na exposição de conteúdos, uso métodos activos (estratégias lúdicas, trabalhos de grupo, dinâmica de grupo, dramatização)

6. A motivação interfere no exercício da função docente na sala de aula?

☐ Sempre

☐ Quase sempre

☐ Algumas vezes

☐ Raramente

7. Com um professor motivado, o aluno terá um melhor resultado na aprendizagem.

☐ Sempre

☐ Quase sempre

☐ Algumas vezes

☐ Raramente

8. As nossas escolas oferecem condições no sentido de motivar os professores de Língua Portuguesa a desempenharem da melhor forma possível o seu papel?

☐ Sempre

☐ Quase sempre

☐ Algumas vezes

☐ Raramente

9. O Ministério da Educação tem incentivado ou motivado, os professores, para que estes se sintam estimulados a desempenharem as suas funções com zelo e dedicação?

☐ Sempre

☐ Quase sempre

- ☐ Algumas vezes
☐ Raramente

10. O insucesso dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa tem a ver com a falta de motivação?

- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ Algumas vezes
☐ Raramente

Questões relacionadas com a disciplina

11. Para si, qual é a situação actual da Língua Portuguesa em Cabo Verde?

- ☐ Língua Primeira
☐ Língua Segunda
☐ Língua Estrangeira
☐ Língua Oficial

12. As aulas de Língua Portuguesa servem para:

- ☐ Falar melhor
☐ Alargar o gosto pela leitura
☐ Compreender melhor a linguagem dos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais, ...)
☐ Compreender melhor os espectáculos de teatro ou de cinema
☐ Escrever bem esta língua
☐ Outros objectivos
☐ Quais?.....

13. Acha que os conteúdos programáticos da disciplina de Língua Portuguesa se adequam à realidade Cabo-verdiana?

- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ Algumas vezes
☐ Raramente

Questões relacionados com a realização profissional

14. Escolheu esta profissão porque:

- ☐ Gosta de ser professor
☐ Não tinha outra escolha
☐

- ☐ Os meus pais impuseram-ma
- ☐ Gostava muito dos meus professores

14.a) Esta escolha estará relacionada com a sua motivação na sala de aula?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Raramente

15. Está satisfeito com a profissão?

- ☐ MUITÍSSIMO
- ☐ Muito
- ☐ Pouco
- ☐ Pouquíssimo

Questões relacionadas com o desenvolvimento das actividades da disciplina

16. Gostas de trabalhar todos os conteúdos programáticos da disciplina com os seus alunos?

- ☐ MUITÍSSIMO
- ☐ Muito
- ☐ Pouco
- ☐ Pouquíssimo

17. Que actividades desenvolve ou gostaria de desenvolver com a sua turma?

- ☐ Iniciar correspondência com alunos de outras escolas
- ☐ Fazer o jornal de turma
- ☐ Organizar e animar uma biblioteca de turma
- ☐ Realizar uma visita de estudo
- ☐ Preparar uma exposição aberta à Escola e ao Meio
- ☐ Outro projecto

Qual(ais)?.....

18. Há outras questões que queira abordar?

- Sim ☐
- Não ☐

Se sim, indique-
as.....

Muito obrigado

José Jorge Lopes Fernandes